

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE DESPORTOS  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIAMA RIBEIRO FERRIERA

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA  
JUVENTUDE

FLORIANÓPOLIS  
2015

MARIAMA RIBEIRO FERREIRA

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA  
JUVENTUDE

Trabalho apresentado à disciplina Seminário de Conclusão de Curso (DEF5875), como requerimento para a conclusão da graduação em licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Iracema Soares de Sousa.

FLORIANÓPOLIS

2015

MARIAMA RIBEIRO FERREIRA

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA  
JUVENTUDE

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina – CDS/UFSC.

Banca:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Iracema Soares de Sousa  
Centro de Desportos, UFSC.

---

Examinador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Luciano Lazzaris Fernandes  
Centro de Desportos, UFSC.

---

Examinador: Prof.<sup>o</sup> Me. Ricardo Lucas Pacheco  
Centro de Desportos, UFSC.

---

Suplente: Prof.<sup>a</sup> Patrícia Buss  
Centro de Educação, UFSC.

Florianópolis, 10 de Julho de 2015.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida e a Jesus Cristo por ter dado a vida por mim.

À minha família por todo apoio e incentivo para que eu concluísse a minha formação, em especial a minha mãe Débora, por me sustentar principalmente em amor e cuidados, comigo e com o meu filho. Este amparo foi de fundamental importância para que eu chegasse onde cheguei. Obrigada minha Vózinha Maria do Carmo, eu consegui fazer com que a senhora visse eu me formar (lágrimas correm dos meus olhos).

Agradeço ao pai do meu filho, Alexandre, por tantas vezes suprir minha ausência na vida do Caio, pelos meus compromissos acadêmicos. Que Jesus te abençoe!

Ao meu lindo filho Caio, por mesmo sendo tão pequeno, me dar tantas forças para continuar.

Agradeço ao grande amor da minha vida, Thalys, que mesmo tendo acompanhado só os momentos finais desse processo, foi peça chave para que eu ultrapassasse a linha de chegada. Por todas as louças lavadas e por abdicar do seu tempo comigo para que eu pudesse escrever este trabalho, muito obrigada pelo amor.

Sou grata ao meu Pastor, Beto, pelos conselhos e por tentar me ajudar de todas as formas a terminar essa etapa. E a todos (as) amigos(as)/irmãos(ãs) da Comunidade Cristã do Campeche pelas orações.

Obrigada a minha gerente Eliz e as meninas da equipe Planetta pela confiança e por abrirem mão de mim nesse último mês de conclusão do trabalho.

Um muito obrigado mais que especial ao Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), por me mostrar os reais significados da minha formação na luta a favor da classe trabalhadora. Por me proporcionar grandes amizades, em especial com meus camaradas da Regional.

Ao eterno Instinto Coletivo e a gestão do CAEF em Construção, os quais eu tive a honra de fazer parte em um momento muito feliz da minha vida e importantíssimo para a minha formação. Todos que fizeram parte estão inclusos nos

meus sinceros agradecimentos, em especial ao meu amigo e companheiro de Exneef Mariano, por muitas vezes me carregar no colo quando eu não tive condições, ao Farofa que foi fundamental na minha entrada para o movimento e um grande irmão, Mineiro, Valentim (você deixou saudades amigo), Rê, Dudu, Luíza Liz, Kauã, Nati, Renato, André, Felipe, Gabi (lagrimas correm de saudades), em fim, a todos os estudantes que constroem a luta no CDS/UFSC.

Agradeço ao “quinteto fantástico”, Pati, Vivi, Alessandra e Luíza, amigas pra vida toda que a graduação me proporcionou. Realmente irmãs que Deus me deixou escolher. Obrigada por todo amor e suporte, amo vocês.

Obrigada meus queridos professores do CDS/UFSC, em especial ao Capela, Edgar, Cris, Maurício, Jaison e Ricardo, por me ensinarem com respeito, amor e compreensão. À Luciana Marcassa, que por seu comprometimento com a educação pública de qualidade, investiu seu tempo e bagagem em mim e garantiu o inicio desse trabalho. Ao meu querido professor Luciano pela oportunidade no time de handebol, meu amado esporte e pelos cuidados regados de amor de pai.

E a minha querida professora e amiga Iracema, que me acolheu e me encorajou de forma singular a concluir minha formação, realmente Deus te escolheu a dedo para me ensinar o que é pesquisa e mais que isso, me ensinar tanto sobre a vida!

Muito obrigada a todos (as), amo cada um!

Sou uma máquina  
Artificiais sentimentos e atos  
Específicas funções, simples fatos  
Rotina eterna e sistêmica

Vivo para prévios propósitos  
Sonhos impostos, obedeço cego  
Ilusões de escolhas, não nego  
Ética fixa, padrões próprios

Certo e errado, controlado  
Bem e mal, instalado  
Cultura superior, arquivado  
Cultura inferior, desprezado

Continuo controle, concordo  
Valores vendados, vigoram  
Destino ditado, decoro  
Pensamentos previstos, perduram

Meu nome é uma estatística  
Sou útil? Depende  
Sou inútil? Depende  
Do que depende? Depende

Tudo depende somente  
De máquinas antes de mim  
Formadas por outras outrora  
E até alguém chega, enfim

Não sei no que pensar  
Não penso o que eu mesmo penso  
Escravo, sigo o intento  
Daqueles que me ensinam andar

Sou uma máquina  
Sirvo ao sistema do mundo  
Sou livre, mas preso no fundo  
Guiado por erros profundos

Maldade me toma o corpo  
O que quero não faço  
O que não quero isto faço  
Correntes do pecado!

Em pecado concebido!  
Em pecado intrínseco!  
Em pecado instruído!  
Em pecado infinito!

Sou um ser humano!  
Artificiais sentimentos e atos!  
Específicas funções, simples fatos!  
Rotina eterna e sistêmica!

Clamo a Ti que És LTivre  
Liberta-me! Restaura-me!  
Guia-me! Fala-me!  
Levanta-me! Salva-me!

**Arthur Valença**

Chegai-vos a Deus, e Ele se chegará a vós.

Tiago 4:8

## RESUMO

A crise estrutural da produção da vida para o capital, em sua faceta neoliberal, entra em cena e alavanca consequências devastadoras para a classe trabalhadora. Grande índice de desemprego, aumento da miséria e a violência batem à porta principalmente das famílias excluídas socialmente da riqueza produzida por todos, moradoras de áreas segregadas do todo social. E os jovens, filhos da classe trabalhadora, por vezes abandonam os estudos e procuram formas de ganhar dinheiro. Sabe-se que grande parte desses jovens, moradores de áreas segregadas socialmente, envolve-se em conflitos com a lei. Nesse contexto o esporte surge como instrumento de ajustamento à realidade de pobreza, miséria e violência nessas comunidades, capitaneado pelas ONGs. Foi nesse contexto que esta pesquisa surge e tem como foco central a questão de explicitar e, portanto, desocultar o enfoque dado pela área da educação física nas problemáticas referentes ao esporte e suas relações e contradições entre trabalho, juventude e medidas socioeducativas. O objetivo principal foi o de conhecer como está sendo tratado e qual o enfoque dado pela área da educação física nessas problemáticas na perspectiva de inserção social. Os objetivos específicos foram: (a) Saber as discussões mais presentes levantando as suas problemáticas (b) Saber como se estabelece a compreensão sobre o esporte no contexto das políticas sociais e como lhe tratam (c) Saber como o trabalho é tratado nas discussões sobre política social e juventude (d) Saber qual a juventude que é relacionada nos dados levantados e (e) Saber o eixo predominante do debate acerca da Política social apresentada. Na perspectiva de uma pesquisa de cunho dialético e de caráter qualitativo delimitamos o campo da investigação nas publicações digitais (Revistas) do século XXI, que tratam do assunto de políticas de esporte para jovens em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social. A coleta e análise de dados constituídos nesse processo permitiu a construção de categorias de análises a partir da fundamentação teórica da totalidade, relações e contradições dos dados organizados. Nesse sentido, percebemos divergências nas análises estudadas em relação ao papel do esporte nas políticas sociais para jovens. Concluímos ainda que o esporte torna-se uma mercadoria e não é garantido o seu acesso universalmente. Além disso, as contradições, como são de caráter estrutural, não se transformam apenas pela prática do esporte, haja vista que neste caso, exige-se uma inserção política e econômica dos jovens. Por outro lado é necessário que as políticas de cunho esportivo se tornem políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, rumo a uma sociedade igualitária, sem classes sociais de interesses antagônicos.

**Palavras-chave:** Esporte. Juventude. Trabalho e Políticas Sociais. Medidas socioeducativas. Inserção social.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Artigos pela palavra chave <i>Esporte e Juventude</i> .....	20
<b>QUADRO 2</b> – Artigos pela palavra chave <i>Esporte e Trabalho</i> .....	21
<b>QUADRO 3</b> – Artigos pela palavra chave <i>Esporte e políticas Sociais</i> .....	23
<b>QUADRO 4</b> – Artigos pela palavra chave <i>Políticas Sociais e Juventude</i> .....	23
<b>QUADRO 5</b> – Artigos pela palavra chave <i>Políticas Sociais e trabalho</i> .....	23
<b>QUADRO 6</b> – Artigos pela palavra chave <i>Trabalho e Juventude</i> .....	<u>24</u>

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....	19
3 POLITICAS DE ESPORTE E LAZER E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA JUVENTUDE.....	26
<b>3.1</b> Esporte para jovens – reproduzindo as contradições.....	27
3.1.1 Políticas Sociais para jovens e o Esporte.....	35
<b>3.2</b> Juventude em foco, superação impedida.....	41
3.2.1 Os projetos sociais e seus resultados.....	45
<b>3.3</b> Esporte e trabalho, no embate da reprodução x transformação adiada.....	49
3.3.1 Formação de Professores de Educação Física e a formação Humana .....	52
3.4 Terceiro Setor, políticas para jovens, propaganda enganosa? .....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
REFERÊNCIAS.....	69
REFERENCIAS DOS ARTIGOS ANALISADOS .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o contexto sócio histórico da sociedade brasileira partimos da reflexão sobre o modo de produção que a determina e seus desdobramentos concretos na vida da parcela jovem da população.

A realidade brasileira está marcada pelas transformações do mundo globalizado e pelas transições do modo de produção capitalista. Frente à crise estrutural do capital, o neoliberalismo surge como alternativa de gestão do Estado, o que culmina, segundo Mézáros (2011), na sua desconcentração, descentralização e a isenção de responsabilidade, especialmente em relação à promoção de políticas públicas. Para Melo (2005), o neoliberalismo aparece como resposta ao socialismo e os modelos de produção capitalistas ultrapassados, pois o Estado de Bem Estar Social garantia uma grande influência do aparelho estatal na vida social, característica esta contrária aos preceitos liberais. Assim, o mesmo é reorganizado e diminuído no que se refere a influência na aplicação de políticas públicas e na regulação das intervenções do capital. Ou seja, a lei do mercado passa a imperar e decorrente disso promove-se uma progressiva desintegração dos direitos sociais dos trabalhadores, na medida mesma em que o mercado trona-se regulador das interações entre indivíduos e suas necessidades.

No entanto, a ação do Estado na economia não diminui, ela adquire novas funções por meio de formas legais e mudanças na gestão do aparelho estatal. Além disso, organizações financeiras internacionais tais como Banco Mundial (BM), assumem o papel de impulsionadores das reformas neoliberais, concedendo empréstimos aos países que aderirem ao projeto (BEHRING, 2008).

O neoliberalismo consolida a liberdade individual de produzir, possuir e acumular propriedades. Contraditoriamente, elevam-se os níveis de desemprego, intensificam-se os processos de privatizações de empresas estatais, enquanto aumenta o decréscimo/desmobilização das formas de organização civil e sindical combativa.

Assim como a ação do Estado começa a mudar, a ação da Sociedade Civil aparece com outra formatação. Estabelece-se então uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil, agora não mais de confronto e sim de colaboração. São criados

organismos com o objetivo de efetivar as Políticas Públicas, antes função do Estado, enquanto este permanece no processo como financiador. Nesse momento o Terceiro Setor (organismos civis privados e públicos não estatais), surge como protagonista na materialização da nova face do projeto de sociabilidade dominante, no intuito de humanizar o capital. A partir disso, as relações de confronto passam a ser relações de colaboração, por meio de parcerias entre o Estado e a Sociedade civil (MELO, 2005).

Com a interiorização dos valores do capital e acreditando na lógica de que o sucesso só depende do indivíduo e que todos podem se tornar consumidores em potencial, a classe trabalhadora, inclusive seus filhos, os jovens, são envolvidos pelos fetiches do capitalismo e a necessidade de trabalhar interfere no andamento dos estudos e por muitas vezes os jovens abandonam a escola para entrar na dura realidade do mercado de trabalho (ROSA, 2010).

Com o grande crescimento industrial e a propaganda de emprego nas metrópoles, um grande aglutinado de trabalhadores formaram diversas comunidades à margem do aglomerado urbano; comumente chamados de guetos ou favelas.

Perlman identifica que a favela é vista sob a lógica do capital e por uma determinada perspectiva de classe como um aglomerado de desordeiros, vagabundos, desempregados, ladrões, prostitutas, bêbados, mulheres e crianças abandonadas. Tais “elementos marginais” vivem em condições subumanas, prejudicando o “pitoresco panorama da cidade”. São “parasitas” que exigem elevados gastos públicos e não contribuem para o bem comum, representando uma ameaça pública permanente (DANTAS, 2012, p.53).

No entanto, Dantas (2012) ainda ressalta que os “favelados”, em outras palavras, a classe trabalhadora, é de extrema importância para o aquecimento da economia, servindo como mão de obra barata para a força produtiva do capital, por meio da exploração da sua força de trabalho.

A juventude pobre, moradora dessas comunidades, são os filhos da classe trabalhadora. Estes sofrem o bombardeamento da mídia do consumo, dos preceitos neoliberais, da sedução do mercado, o desejo de consumir e passam a acreditar que é preciso adquirir, mesmo que sem condições materiais para isso. O mundo do crime lhes parece o ideal a ser seguido (ROSA, 2010).

A partir da constituição de 1988, o esporte e o lazer passam a ser direitos sociais que devem ser garantidos a sociedade brasileira por meio de políticas públicas, haja vista serem bens socialmente produzidos pela humanidade. No entanto, com o processo de reestruturação produtiva e a mudança de protagonista na efetivação das políticas públicas, Organismos não governamentais (ONGs), Fundações e Associações Filantrópicas (o denominado Terceiro Setor), passam a assumir o papel do Estado de garantir a concretização dos direitos sociais da população.

Organismos internacionais como ONU (organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura), BM (Banco Mundial) e FMI (Fundo Monetário Internacional), têm investido seus discursos em torno do esporte, incentivando e direcionando que os governos promovam políticas de esporte e lazer para a juventude em situação de vulnerabilidade social, empenhando no esporte um caráter salvador da triste realidade de exclusão e segregação (HÚNGARO 2008).

Os governos por sua vez, no caso do Brasil no Governo Lula, em 2003, promovem e financiam projetos de esporte e lazer que em sua maioria são desenvolvidos pelo Terceiro Setor de forma focalizada, o que restringe o acesso universal a esse direito social e sem reais avaliações de qualidade, como afirma Húngaro (2008) quando diz que “Não é cobrada qualidade nesse discurso entusiasta pelo esporte. Na educação cobra-se minimamente qualidade, sabe-se quando o filho está mal ou a escola tem problemas... No esporte não. O controle social, quando existe, fica na esfera financeira” (HÚNGARO, 2008 p 104).

Essas políticas sociais, segundo Montanõ (2002), tem a função de responder a algumas necessidades pontuais da população carente e pauperizada, sendo que para o capital, a função é responder a essas necessidades de forma pontual e superficial. Para o autor essas políticas tem sua função econômica na produção da força de trabalho, no caso do esporte a produção de trabalhadores saudáveis e dispostos e sua função política, que é transformar a luta contra a exploração em lutas pontuais. Ou seja, aliviam-se as tensões advindas de um modelo de sociedade classista, ao invés de garantir uma mudança estrutural. O esporte passa a ter um caráter conformador ético-político das novas gerações, “pois essa ideologia não o vê como direito social público, mas como profilaxia, ideia facilmente vendida como

antídoto contra a entrada de crianças e jovens no mundo das drogas” (MELO, 2008, p. 2). Mas o autor adverte que “essa linearidade entre prática esportiva e o não envolvimento com drogas/crimes incomodava-me até mesmo em virtude de a experiência profissional demonstrar, cotidianamente, que não se pode estabelecer relações tão mecânicas” (MELO, 2008, p. 5).

Além disso, por se cumprirem as exigências dos organismos internacionais, tanto no que se refere à políticas de esporte e lazer quanto à concepção de educação a ser desenvolvida, nesse caso pautada na teoria do Capital Humano torna-se impossível garantir uma formação humana para esses indivíduos, pois nessa vertente educacional, as relações sociais propostas a esses jovens devem produzi-lo omnilateralmente, ou seja, em todas as suas capacidades humanas, de forma livre, consciente e planejada (TONET, 2013). Sendo então que o modo de produção de vida é quem determina o modelo educativo, as políticas sociais educativas desenvolvidas nessa sociedade vão educar para o capital e não para a autonomia como dizem os discursos.

Muitos desses discursos oficiais têm atribuído à prática esportiva a característica de linguagem universal, de ferramenta de paz, de desenvolvimento humano e de promotor de qualidade de vida. Nesse sentido muitos projetos sociais, vêm sendo desenvolvidos pelo Terceiro Setor no cumprimento de medidas socioeducativas e utilizam o esporte como instrumento de reinserção social de jovens em conflito com a lei. Jovens em sua maioria moradores de comunidades pobres e segregadas.

Na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina (Brasil), dentre outras comunidades, temos o complexo do Maciço do Morro da Cruz (MMC), grande conglomerado de comunidades pobres que segue a lógica de segregação sócio espacial do capital. Alguns dos moradores jovens dessa comunidade hoje são os que têm percorrido os caminhos da criminalidade e da violência na cidade.

Atualmente o MMC tem aproximadamente trinta mil habitantes que se dividem em dezessete comunidades, segundo suas lideranças. Sua história de ocupação se inicia com a construção de uma pequena capela e um rancho residencial onde morava uma beata santista chamada Joana de Gusmão (1689-1779). Joana vivia principalmente de esmolas e assim conseguiu construir também

uma escola para meninas. A capela “Menino Deus”, construída no Morro da Boa Vista, hoje conhecido como Mocotó, existe até hoje (DANTAS, 2012, p. 49).

As ocupações mais antigas se iniciaram no Monte Serrat (bairro da cidade de Florianópolis) e se deram em três fases: escravos, higienismo e migração. Primeiramente, ainda no séc. XIX, escravos fugidos ou recém-libertos construíram espécies de choupanas e hortas, constituindo os quilombos no alto do morro, onde moravam. Em seguida parte da população pobre, órfã, negra e mendigos ocuparam o morro após serem expulsos das áreas centrais da cidade por meio de medidas higienistas na década de 1920. A terceira fase de ocupação da comunidade do Monte Serrat se deu pela migração da população negra e pobre dos municípios de Biguaçu e Antônio Carlos que vieram para a cidade em busca de emprego, principalmente na área da construção civil, durante o *boom* imobiliário de 1950 e 1960, em Florianópolis. Assim, essa comunidade é a que possui maior densidade populacional atualmente no MMC (DANTAS, 2012, p. 50).

A realidade hoje, não só dessa comunidade, mas do MMC em geral é bem problemática em muitos sentidos. Em decorrência das ocupações sem planejamento da região, a infraestrutura, saneamento, atendimento público de saúde e educação dos morros e favelas constituídas ao longo dos anos é precária e grande parte da população dessas comunidades vive em áreas de risco (DANTAS, 2012, p. 52).

Como produto de uma história de pobreza e desemprego em meio à propagação da lei do consumo, a criminalidade também é um aspecto forte na realidade dessas comunidades e os jovens do MMC rodeados pelo cotidiano de delitos, muitas vezes aderem a essa postura. Em meio a essa realidade a população começou a se articular politicamente por melhorias sociais. Com isso, especificamente na comunidade do Monte Serrat é criada uma Organização Não Governamental (ONG), com o objetivo de propor melhorias para a educação. Essa instituição cresceu e hoje atua com projetos em várias comunidades do MMC e da grande Florianópolis.

O Centro Cultural Escrava Anastácia surge em 1994, organização não governamental foi fundada por entidades e instituições de caráter educacional, visando “fortalecimento das relações interpessoais, buscando estimular, intensificar e aperfeiçoar a reflexão e a participação na vida comunitária. O Centro Cultural foi

projetado com a finalidade de abrigar projetos e atividades educativas para os moradores do Morro.” (DANTAS, 2012).

Hoje, o Centro Cultural Escrava Anastácia desenvolve projetos sociais principalmente para a parcela jovem dessa população, no intuito de melhorar sua realidade e perspectiva de vida. Projetos como Procurando Caminho e Frutos do Aroeira; são políticas da ONG voltadas à juventude que se encontra em conflito com a lei e em situação de risco social, estimulando a sua inserção e reinserção social

O programa Procurando Caminho: resgatando vidas por meio do esporte de aventura e oficinas profissionalizantes, atua com cento e vinte jovens das áreas onde a violência e o narcotráfico estão mais presentes, buscando resgatar o vínculo dos participantes com a família, com a sociedade e com o mundo do trabalho, por meio do esporte de aventura, principalmente com o Surf, buscando garantir uma perspectiva de vida para além da realidade social vivenciada.

O projeto Frutos do Aroeira, é uma política da ONG e está voltado à jovens que se encontram em situação de cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade, estimulando a sua inserção social. A casa de Semiliberdade tem capacidade para atender a vinte e três jovens e adolescentes, de ambos os sexos, os quais estejam em cumprimento de medidas socioeducativas. O projeto tem parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

O projeto Frutos do Aroeira é uma casa de semiliberdade que atende jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com idade entre 14 e 19 anos, com vinte e três vagas, dez femininas e treze masculinas. Os jovens são encaminhados pela Vara da Infância, sendo eles moradores do estado de Santa Catarina, mas principalmente da grande Florianópolis.

O primeiro contato com esta realidade concreta foi nesta casa e na ocasião existiam sete meninos que praticaram crimes como assalto, homicídio, porte ilegal de arma e tráfico de drogas. Esses jovens moram na casa, cuja estrutura é ampla, com vários quartos, refeitório, pátio, sala com bons equipamentos eletrônicos, piscina e portão elétrico. E está localizada em uma área considerada nobre de um dos bairros da região sul de Florianópolis. Alguns dos participantes estavam matriculados nas escolas de educação básica da região, alguns frequentavam o Ensino médio e outros estavam completando o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos. Com relação à participação familiar no processo, os horários

de visita não são restritos, bastando o agendamento antecipado com a equipe técnica do projeto.

Os profissionais que trabalham na Casa são compostos pela coordenadora, a cozinheira, o motorista do ônibus (que trabalha em outros projetos do CCEA), o auxiliar de serviços gerais, os professores e os monitores. Sendo todos considerados pelo projeto como sócioeducadores.

O Surf e o cinema compõem os dois projetos de aprendizagem inerentes a Casa, sendo o surf praticado pelos integrantes todos os dias de manhã e dois dias à tarde, nas praias do Sul da Ilha, principalmente no Campeche. Além disso, é proposta do projeto que os jovens participem também dos programas de formação profissional da ONG e de convênios feitos com outras instituições.

O projeto consiste em uma Parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania, que financia o mesmo. E tem como principal conceito do Projeto político Pedagógico da instituição a ação educativa a partir das *margens*, como eles chamam a ação a partir da realidade dos jovens.

Outro projeto que também fez parte de minha apreensão ao real é o Procurando Caminho que tem como objetivo a prevenção e a reinserção de jovens em situação de risco social. Sua sede está localizada no Bairro do Monte Serrat, no centro de Florianópolis e tem como público alvo jovens (meninos e meninas) com idade a partir de quatorze anos, de preferência, por ser a idade de iniciação profissional. No momento do contato a esta realidade este projeto possuía cem inscritos, divididos em grupos de trabalho, em alguns casos por área de residência.

As atividades acontecem de terça a quinta-feira, no período da tarde e a prática educativa principal é o Surf. As aulas são desenvolvidas nas praias do Matadeiro e da Barra da Lagoa e são ministradas por escolas de surf contratadas, podendo haver ou não a participação de auxiliares, na condução das aulas. Os auxiliares são ex-participantes do projeto que se interessam em se capacitar para ajudar nessas aulas. Cada grupo de trabalho é acompanhado por um sócio educador, denominado de articulador do projeto, que também em sua maioria são sujeitos que participaram de alguns dos projetos do CCEA e que hoje se dedicam a trabalhar no mesmo.

O projeto Procurando caminho também encaminha seus participantes para a participação em cursos de formação profissional da própria ONG, fazendo a

chamada por eles, articulação em rede. Como no projeto Frutos do Aroeira, o Procurando Caminho também segue um Projeto Político Pedagógico que visa a ação educativa *por meio das margens*, como denomina a Instituição.

A presença da Educação Física em tal processo tem sido um vínculo constante, porém, como falam alguns autores, vem se inserido na área superficialmente (BRASIL, 2011). Neste sentido é que surge a intenção de fomentar esse debate num assunto tão denso e problemático. Ao conhecer esta realidade percebi a necessidade de vislumbrar perspectivas e proposições na direção de uma sociedade igualitária e emancipada, onde não se mantivesse a existência dessas contradições. Assim, com a preocupação de conhecer esse assunto, sob o ponto de vista concreto (conhecendo os projetos reais com pessoas reais), é que me inseri neste contexto, porém, essa aproximação apesar de permitir maior familiaridade com esta assunto não garantiu um grau de aprofundamento às interpretações que pudessem explicar, de alguma maneira, tamanha desigualdade social. E, sob o ponto de vista teórico é que problematizamos questões para serem elaboradas a partir de outras sistematizações publicadas.

Tendo em vista todo este contexto deparamo-nos com as seguintes perguntas: o que a Educação Física está discutindo sobre essas questões e quais as problemáticas que aparecem nos estudos sobre juventude e esporte? Qual a visão geral do esporte nesse contexto e como tem sido tratado? O que se fala sobre trabalho? Qual a ideia de juventude elencada pelos autores que tratam deste assunto? Qual o debate acerca de Políticas voltadas a jovens em situação de vulnerabilidade social relacionadas ao esporte? Como os jovens percebe essa prática?

Em síntese, e a partir desses questionamentos, a presente pesquisa tem como **problema central** o desocultar do enfoque dado pela área da educação física nas problemáticas referentes ao esporte e suas relações e contradições entre trabalho, juventude e medidas socioeducativas. Esta questão se materializou para nós com a aproximação realizada em instituições que tratam desses jovens, como foi apontado anteriormente. Principalmente numa ONG que tinha o esporte como medida de reinserção social, configurada pelos jovens oriundos do Maciço do Morro da Cruz em situação de vulnerabilidade social. Porém, o direcionamento do estudo

foca-se, a partir deste contato com a realidade, em Revistas com publicações de ordem científica e que tratam desse assunto de alguma forma.

Assim, **o objetivo geral** desta pesquisa foi conhecer o enfoque dado pela área da educação física nas problemáticas referentes ao esporte e suas relações e contradições entre trabalho, juventude e medidas socioeducativas na perspectiva de inserção social em publicações digitais, do século XXI, referentes à Educação Física.

**E, os objetivos específicos são:**

- a. Saber as discussões mais presentes levantando as suas problemáticas;
- b. Saber como se estabelece a compreensão sobre o esporte no contexto das políticas sociais e como lhe tratam;
- c. Saber como o trabalho é tratado nas discussões sobre política social e juventude;
- d. Saber qual a juventude que é relacionada nos dados levantados;
- e. Saber o eixo predominante do debate acerca da Política social apresentada.

## 2 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O método proposto para este estudo é o dialético, pois tem caráter qualitativo e propõe a estudar profundamente uma unidade, sempre levando em conta a história do objeto estudado e suas contradições (TRIVIÑOS, 1987). Quanto às estratégias de pesquisa, esta se caracteriza por uma pesquisa exploratória, tendo em vista a necessidade de se conhecer mais o assunto haja vista a escassez de pesquisas que venham a somar nas explicações, avanços e superações desta problemática exposta anteriormente.

Segundo Tobar e Yadour (2001), a pesquisa exploratória é aquela que “realizada em áreas e sobre problemas dos quais há escasso ou nenhum conhecimento acumulado e sistematizado”, em que o pesquisador estará incumbido de fazer uma sistematização qualitativa dos resultados, para definir uma unidade de informação. O enfoque na pesquisa qualitativa se caracteriza essencialmente, pela necessidade de conhecer em profundidade a realidade, a partir da “percepção, reflexão e intuição” e assim transforma-la (TRIVIÑOS, 1987).

Seguindo a mesma lógica, Triviños (1987), comenta que na pesquisa exploratória o pesquisador se planeja para encontrar elementos e resultados ainda não conhecidos. Apesar de a pesquisa exploratória parecer simples, o autor ressalta que o rigor científico é sempre necessário.

Silva pressupõe que:

Na pesquisa qualitativa o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos, não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também construir uma relação social de alteridade na dimensão da aproximação e do estranhamento e, além disso, criar um conhecimento, partindo das evidências e ocultamentos da realidade (SILVA, 2010).

No que se refere à coleta de dados, este estudo, caracterizado como uma pesquisa qualitativa levantou os dados em revistas/periódicos digitais nacionais da área da Educação Física com maior regularidade em termos de tempo e de publicações. Foram elas: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista Conexões, Revista Licere, Revista Motrivivência, Revista Motriz, revista Movimento e

Revista Pensar a Prática. Sendo selecionados artigos, resenhas e ensaios relacionados às categorias Esporte, Juventude, Trabalho e Políticas Sociais, que dispunham o trabalho disponível na íntegra para downloads, em português.

Esta coleta de dados, portanto, teve como campo as elaborações teóricas publicadas nas revistas/periódicos digitais acima descritos com o objetivo de conhecer o que falam as publicações da Educação Física que tratam do assunto de políticas de esporte para jovens em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social.

É necessário evidenciar que o mundo em que vivemos a quem atribuímos significados, não pode ser meramente classificado ou analisado, quantitativamente. Além disso, Minayo (1999) reforça que a diferença entre métodos quantitativos e qualitativos aparece em sua natureza, pois na primeira as análises são superficiais, enquanto na segunda se faz um aprofundamento “no mundo dos significados das ações e relações sociais”.

A busca envolveu o campo “pesquisa” e foram utilizadas as palavras chaves “*esporte e juventude*”, “*esporte e trabalho*”, “*esporte e políticas sociais*”, “*políticas sociais e juventude*”, “*políticas sociais e trabalho*” e “*trabalho e juventude*” Conforme as especificações dos quadros abaixo:

**QUADRO 1** – Artigos pela palavra chave *Esporte e Juventude*

<b>ESPORTE E JUVENTUDE</b>	<b>REVISTAS</b>
O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas	<b>Licere</b>
Políticas de esportes no Brasil	<b>Licere</b>
Segregação Sócio Espacial, Lazer e o Papel do Estado.	<b>Licere</b>
Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade	<b>Licere</b>
O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”	<b>Motriz</b>
Determinantes para a implementação de um projeto social.	<b>Motriz</b>
Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão	<b>Motriz</b>
Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social	<b>Pensar a Prática</b>
O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas.	<b>Pensar a Prática</b>

Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal	<b>Pensar a Prática</b>
Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais.	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Adolescente em conflito com a lei e sua noção de regras no jogo de futsal.	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Celebração e transgressão: a representação do esporte na adolescência.	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>

Fonte: Autoria própria

#### **QUADRO 2 – Artigos pela palavra chave *Esporte e Trabalho***

<b>ESPORTE E TRABALHO</b>	<b>REVISTAS</b>
O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação	<b>Licere</b>
Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade	<b>Licere</b>
Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do calendário de eventos esportivos	<b>Licere</b>
A Atuação do Profissional de Educação Física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro	<b>Licere</b>
A Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula.	<b>Licere</b>
A prática esportiva e atividade física podem educar pessoas atrás das grades?	<b>Conexões</b>
O esporte como componente educacional para meninos de rua.	<b>Conexões</b>
Intervenção do profissional de educação física em jovens em situação de risco social: a contribuição da psicologia do esporte.	<b>Conexões</b>
Crise estrutural do capital, mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na educação física.	<b>Motrivivência</b>
Políticas esportivas do terceiro setor no estado de mato grosso do sul: uma análise do projeto Córrego Bandeira.	<b>Motrivivência</b>
Trabalho e lazer na infância e adolescência no século XXI: direito social ou inclusão excludente?	<b>Motrivivência</b>

O programa segundo tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições.	<b>Motrivivência</b>
O corpo produtivo no mundo do trabalho da educação física, esportes e lazer.	<b>Motrivivência</b>
Globalização e a Nova Cultura do Trabalho e seus impactos na Educação Física	<b>Motrivivência</b>
Desenvolvimento humano, co-responsabilidade social e educação no capitalismo: investigando o programa “Educação pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna.	<b>Motrivivência</b>
Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social	<b>Motrivivência</b>
Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: as evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira.	<b>Motrivivência</b>
O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”.	<b>Motriz</b>
. Determinantes para a implementação de um projeto social.	<b>Motriz</b>
Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária.	<b>Motriz</b>
Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão	<b>Motriz</b>
Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer.	<b>Motriz</b>
O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009).	<b>Pensar a Prática</b>
Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social.	<b>Pensar a Prática</b>
. O esporte como um direito: traços e tramas da constituição de uma verdade.	<b>Movimento</b>

Fonte: Autoria própria

**QUADRO 3** – Artigos pela palavra chave *Esporte e políticas Sociais*

<b>ESPORTE E POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>REVISTAS</b>
O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009).	<b>Pensar a prática</b>
O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas.	<b>Pensar a prática</b>
Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas	<b>Pensar a prática</b>
Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais	<b>Pensar a prática</b>
. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do programa esporte e lazer da cidade.	<b>Pensar a prática</b>
Esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos	<b>Movimento</b>
Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento Movimento	<b>Movimento</b>
A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil Movimento	<b>Movimento</b>
Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social	<b>Motrivivência</b>

Fonte: Autoria própria

**QUADRO 4** – Artigos pela palavra chave *Políticas Sociais e Juventude*

<b>POLÍTICAS SOCIAIS E JUVENTUDE</b>	<b>REVISTA</b>
O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas.	<b>Pensar a Prática</b>

Fonte: Autoria própria

**QUADRO 5** – Artigos pela palavra chave *Políticas Sociais e trabalho*

<b>POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHO</b>	<b>REVISTAS</b>
O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008).	<b>Movimento</b>
Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes.	<b>Movimento</b>
Políticas públicas de lazer para a	<b>Movimento</b>

juventude pobre	
Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política.	<b>Movimento</b>
Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento.	<b>Movimento</b>
Dança de rua: opção pela dignidade e compromisso social.	<b>Movimento</b>
Os sentidos da exclusão social na bibliografia da Educação Física brasileira.	<b>Movimento</b>
Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social	<b>Motrivivência</b>
Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social.	<b>Pensar a Prática</b>

Fonte: Autoria própria

**QUADRO 6** – Artigos pela palavra chave *Trabalho e Juventude*

<b>TRABALHO E JUVENTUDE</b>	<b>REVISTAS</b>
Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade.	<b>Licere</b>
Experimentando as Juventudes num Bairro Segregado.	<b>Licere</b>
A dança Break: corpos e sentidos em movimento no Hip-Hop	<b>Motriz</b>
O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”	<b>Motriz</b>
Determinantes para a implementação de um projeto social.	<b>Motriz</b>
Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão.	<b>Motriz</b>
O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009).	<b>Pensar a Prática</b>
A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo.	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>
Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais.	<b>Revista Brasileira de Educação Física e Esporte</b>

Fonte: Autoria própria

É de extrema importância salientar que a categoria Políticas Sociais substituiu a de Medidas Socioeducativas no instante em que se percebeu quase nenhuma publicação referente ao tema de práticas esportivas na reinserção de jovens em conflito com a lei. Por conseguinte acreditamos que o tema se relaciona à medida que o envolvimento com o crime se dá em sua grande maioria por jovens em situação de vulnerabilidade social. Público alvo das políticas sociais para juventude.

Muitos artigos foram descartados, pois suas discussões não se aproximavam do tema de políticas sociais para essa parcela jovem da sociedade. Apareceram muitos artigos sobre esporte na escola. As 42 publicações selecionadas foram separadas em pastas por palavras chaves e fonte. Todas foram lidas e resumidas em forma de citações e comentários.

É importante salientar também que os dados apresentados a partir desse momento no decorrer desse trabalho, em forma de citação direta, são parte dos artigos encontrados na pesquisa referida acima. Eles serão dispostos no intuito de ilustrar o que foi encontrado e relacionar com a base teórica escolhida.

A relação entre os dados coletados e a necessidade de construção das categorias empíricas foi realizada pelo método de análise da dialética materialista. Assim, após a organização dos dados levantados é que foi possível a elaboração das categorias analíticas.

As categorias organizadas para analisarmos o todo encontrado foram: Políticas de esporte e lazer e a problemática social da juventude: Esporte para jovens – reproduzindo as contradições: Políticas Sociais para jovens e o Esporte; Juventude em foco, superação impedida: Os projetos sociais e seus resultados; Esporte e trabalho, no embate da reprodução x transformação adiada: Formação de Professores de Educação Física e a formação Humana e; Políticas para jovens, propaganda enganosa?

### **3 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA JUVENTUDE**

O presente estudo se pauta e enfoca a juventude filha da classe trabalhadora, moradora de áreas marginalizadas, “fruto de desigualdades sociais e de reprodução sociocultural, na qual a transição dos jovens para a vida adulta é marcada pela divisão de classe, de gênero, de raça, de trabalho” (CORDEIRO, 2008).

Das relações desiguais advindas do modelo de produção vigente na sociedade, são observadas algumas, já citadas, consequências concretas na realidade. De acordo com Behring (2008), a classe trabalhadora se depara com uma situação de grande pobreza, altíssimo índice de desemprego, salários baixíssimos e direitos sociais negados pelo Estado. É necessário que se garanta o essencial para a sobrevivência, por isso os filhos dos trabalhadores, os jovens, precisam completar o orçamento familiar (ABRAMO, 2002).

A partir da constituição de 1988, o esporte e o lazer passam a ser direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado a todo e qualquer indivíduo. Porém, como vimos anteriormente, frente à reestruturação produtiva do capital (Mèzáros,2011), o Estado passa a se configurar de outra maneira que não mais de efetivador de políticas públicas - políticas que seriam na prática a concretização dos direitos sociais na vida da população - e o direito ao esporte e ao lazer são secundarizados na hierarquia de prioridades. A não concretização universal de acesso e permanência desse direito segundo Húngaro (2008) efetivou a prática esportiva e de lazer como mercadoria adquirida por aqueles que dispõem de condições para isso, ao ponto de que os que não têm nem seus direitos de moradia, saúde e alimentação garantidos (meios de subsistência), passam a não desfrutar dos conhecimentos produzidos historicamente pela cultura corporal.

### 3.1 Esporte para jovens – reproduzindo as contradições

Considerando que o esporte é prática corporal, de produção histórico-cultural, que reproduz códigos, sentidos e significados da sociedade que o pratica, neste caso a capitalista, este estará revestidos de valores que reproduzem, inevitavelmente as desigualdades sociais. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Algumas das pesquisas encontradas debatem a questão dos porquês das políticas públicas e sua ideal função na vida da população.

Pautada em princípio pelos interesses comuns, mas, em grande medida, suscetível também aos interesses e necessidades privados, a política pública é a ação que se constrói e se processa a partir da relação entre Estado e sociedade. Entretanto, são os serviços sociais, organizados pelas diferentes instâncias e esferas de governo, voltados ao atendimento das carências da população que conferem visibilidade e tornam evidentes as políticas públicas. Longe de se restringir apenas à ação estatal, como processo social, a política pública e as políticas sociais, além de se ocuparem da provisão de serviços, têm de contribuir para a conquista da cidadania, concretizando o direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual e corporal, à participação e ao usufruto das riquezas materiais e simbólicas (COSTA et al, 2011,p.572).

No entanto, na maioria das vezes os direitos são negados aos sujeitos pelas hierarquias de prioridades governamentais.

A política pública, nesse sentido, mediada por políticas e programas sociais, tem a função de concretizar direitos, entre os quais, o direito ao lazer. Mas se por um lado a política pública é uma estratégia de ação, por outro, pode significar ainda uma “não-ação”, expressão daquilo que um governo decide fazer e não fazer, conforme a hierarquização de objetivos e metas de seu planejamento. Com efeito, historicamente, o lazer tem sido tratado timidamente como direito e objeto de políticas públicas. Embora a Constituição brasileira de 1988 consigne em seu artigo 6º o lazer – juntamente com a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, etc – como um direito social, e no seu artigo 217º determine que o poder público deva incentivá-lo como forma de promoção social, na realidade ele é alvo de atenção secundária (COSTA et al, 2011,p. 572).

E principalmente o esporte e o lazer passam a ser direitos não acessados pela parcela pobre da população.

O esporte e o lazer são legalmente defendidos como direitos sociais pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, a realidade que abarca a efetivação de tais direitos é completamente contrária ao que é sinalizado na Carta Magna, pois, os mesmos não conseguiram a sua efetivação concreta devido ao recuo da participação do Estado frente aos avanços das políticas neoliberais, desintegrando direitos sociais, transformando-os em direitos de consumo, mercadoria (FLAUSINO, 2012,p.21).

Percebendo no esporte um instrumento poderoso de manutenção da ordem neoliberal, as Organizações Internacionais passam a apostar no esporte como meio de equalizador de consciências na promoção da paz mundial e da paz com todos (MELO, 2005).

ONU: No que diz respeito à saúde relacionada ao esporte, o documento defende que as principais causas de até 60% das mortes no mundo, estão ligadas a pessoas inativas, e que o esporte e a educação física são “são cruciais para a vida longa e saudável. O esporte melhora a saúde e o bem-estar, aumenta a expectativa de vida e reduz o risco de várias doenças não-transmissíveis incluindo a doença cardíaca” (ONU, 2003, p.7), além disso é essencial para manter a saúde da mente e construir “valiosas conexões sociais” (SOUZA, 2014,p.50)

Além de apostar grandemente em seu viés de reprodutor do capital sob a égide da aptidão física e da promoção da saúde na construção de trabalhadores funcionais e produtivos.

Segundo Loureiro e Della Fonte (1997), é a visão funcionalista sobre saúde que permite este tipo de afirmação: a prática de esporte como solução para os malefícios da vida moderna. Para os autores, essa afirmação demonstra a superficialidade que tem se abordado o tema saúde, qual seja: as doenças ou “morbidades” não têm nada a ver com as relações sociais concretas e sim com um desvio dos indivíduos, ou seja, uma não adesão consciente de hábitos mais saudáveis (SOUZA, 2014,p.50)

No entanto alguns artigos encontrados salientam que a visão funcionalista da saúde tende a jogar a responsabilidade dos males sobre os indivíduos, sendo

que o modo de produção de vida influencia diretamente nas condições de saúde da sociedade. Nessa perspectiva o indivíduo é culpabilizado por seu estado de saúde, enquanto as contradições do modelo de vida para o capital são ocultadas.

Em outras palavras, o modo de vida/trabalho, ainda sobre a égide de uma sociedade classista, conserva uma estrutura de poder e uma política mundial de grandes impactos no que concerne à sobrevivência dos indivíduos. Nessa direção, a preocupação dos Organismos Internacionais consiste, também, em criar certa ideologia que vai “tornar” os indivíduos os únicos culpados ou responsáveis pelo seu estado de saúde (SOUZA, 2014,p.51).

Assim o esporte passa a servir como instrumento de manutenção e de reprodução do capital.

Diante dessa reflexão é possível afirmar que a pretensa saúde relacionada ao esporte, defendida pelos Organismos Internacionais, serve duplamente à reprodução da sociedade capitalista. Se, de um lado, busca convencer as pessoas de que a “ausência de saúde” é uma escolha consciente e natural de hábitos não saudáveis, por outro, busca ocultar as contradições do modo de vida/trabalho em uma sociedade de classes (SOUZA, 1014,p.51).

Nesse sentido o esporte segue aliviando as tensões produzidas por uma sociedade pautada na exploração de uma classe pela outra, além de servir ao capital como restituidor da ordem, principalmente em regiões de conflitos e de vulnerabilidade social, por garantir aos participantes sociabilidade e apreensão de valores tais como saber ganhar e perder, esforço pessoal nas conquistas, noção ética e moral e obediência a regras (BRACHT, 1992).

Atribui-se ao esporte mecanismos que possibilitam as crianças várias experiências pelas quais elas interiorizam valores que poderíamos classificar como aspectos positivo-funcionais. Entre estes valores temos, segundo BRACHT: (i) o reconhecimento do “outro” no caminho entre a criança e o mundo, (ii) conviver com a vitória e a derrota, (iii) vencer através do esforço pessoal, entre outros. Esta interpretação, segundo o autor, parte de uma análise do entendimento da Educação Física/Esporte como “instituições autônomas e isoladas, ou quando muito, como instituições funcionais, ou seja, como instituições que devem colaborar para a funcionalidade e harmonia da sociedade na qual se inserem”. (JUNIOR, 1998, p.52)

Esporte passa ser medida compensatória do capital frente às consequências dos avanços, e recebe um caráter “salvacionista” segundo Melo (2005) para as mazelas sociais.

A repercussão negativa das relações capitalistas contemporâneas nas formações sociais nacionais – tais como: aumento da desigualdade social, perdas de direitos trabalhistas, desequilíbrio ambiental, aumento da exploração, aumento da violência no campo e nas cidades, surtos de doenças e principalmente a não garantia de direitos básicos como saúde, transporte, educação e outros – podem ser contrabalanceados a partir da fórmula mágica que o esporte assume na ótica dos Organismos Internacionais, qual seja: segundo a resolução 58/5, o esporte oferece uma oportunidade de inclusão moral e social dos sujeitos marginalizados, rompe com barreiras culturais em relação ao sexo, a deficiência e outras discriminações, através do esporte o sujeito excluído torna-se livre, igual e liberto das mazelas sociais (SOUZA, 2014,p.51).

Este estudo se propôs saber também qual a discussão acerca do esporte em relação às políticas sociais para a juventude em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido relacionamos algumas das funções que o esporte tem desempenhado na ótica das pesquisas selecionadas. Uma das características relacionadas ao esporte e que vem sendo muito difundida pela mídia e pelos discursos oficiais hoje é o seu papel de socializador e pacificador universal, no que se refere às relações internacionais (MELO, 2005).

Numa dimensão cultural mais profunda, há especialistas que defendem que os intercâmbios esportivos podem conduzir à ruptura de estereótipos negativos no relacionamento com a diferença e transformar as visões sobre o Outro, redirecionando as disputas do campo de batalha para os locais de competição esportiva. Ademais, eles funcionariam como primeiros passos para o engajamento internacional de Estados isolados, trazendo a promessa de integração e cooperação global (JESUS, 2011,p.418).

Alguns artigos fazem referência a visão cosmopolita e globalizadora do esporte nas busca pela equidade de pensamentos, na harmonia mundial, na socialização de culturas, na quebra de barreiras e na diplomacia entre os povos, propagadas pelos Organismos internacionais.

A inter-relação entre esporte e política opera em múltiplos níveis de acordo com HOULIHAN (1994), que, ao focar o nível internacional, verifica que o esporte pode funcionar como um veículo para a diplomacia, a disseminação de ideologias, a construção de nações, a ampliação da inserção internacional e a conquista de ganhos comerciais... argumentam que o esporte é o aspecto mais universal da cultura popular, num momento em que atravessa as barreiras linguísticas e ultrapassa as fronteiras nacionais, atraindo espectadores e participantes numa “língua comum” de paixões e desejos... o esporte se coloca como uma das principais frentes do processo de globalização, já que une comunidades dispersas e gera riqueza econômica em culturas organizadas de acordo com a burocratização e a ideologia vigentes (JESUS, 2011,p.420).

Porém, se faz um alerta de que essa é uma forma dos dirigentes maquiarem vantagens econômicas em vantagens esportivas e prevenir o patriotismo seguido de guerras e desacordos por diferentes visões de mundo. Além disso, o esporte continua em seu processo real de exclusão e segregação pela maneira como é conduzido pelo capital (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Em nível cultural, sinalizo que a transformação de visões depreciativas em relação à diferença é circunscrita e limitada, quando realmente acontece. Ela dificilmente ocorre em múltiplos setores sociais em face da construção social de preconceitos enraizados em relação à diferença e ainda esbarra no interesse de atores políticos em fazer do esporte um instrumento de promoção do seu poder e status (JESUS, 2011,p423).

A visão de um esporte que pode transformar a vida de jovens segregados socialmente é a que direciona os projetos sociais, desenvolvidos por ONG que atribuem ao esporte o papel de agente transformador da realidade dos participantes. Convergindo com algumas das pesquisas encontradas.

É possível afirmar que o problema de investigação dessa pesquisa é originário do contato permanente com as informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa<sup>4</sup> sobre “as diversas maravilhas” que o esporte pode fazer na vida das crianças e jovens “carentes”; concebendo o mesmo como o novo Mecenas da questão social. Tais informações são apresentadas à população em geral sem a menor preocupação em contextualizar o momento histórico no qual os fenômenos sociais ocorrem, sem aprofundar os comentários sobre o papel das ONGs e a utilização do esporte com fins sociais e, sobretudo, sem mencionar os por quês das crianças e jovens se encontrarem em tal situação de “carência” e empobrecimento (SILVEIRA, 2006,p.115).

Outra característica encontrada nos artigos lidos propõe o esporte como criador da identidade social e subjetividade dos atores envolvidos; como instrumento de aptidão física e de formador social. Atribuem ao esporte a capacidade de desenvolver uma competição controlada (BRACHT, 1986), o *fair play* e auto realização. No entanto percebemos nessas concepções uma visão que garante a manutenção da ordem, tantas vezes descrita aqui, pois segundo Coletivo de autores (1992) ao invés de problematizar os conflitos e a solução dos mesmos em sua estrutura, busca mecanismos de controle e compensação das mazelas, direcionando os jovens a se preocupar com o jogo mesmo ao invés das questões sociais. Pois na verdade a supressão das contradições só aconteceria tendo em vista uma sociedade que não seja excludente por natureza.

Na perspectiva de ELIAS e DUNNING (1992), o esporte é uma forma de substituir a violência, por uma competição controlada, em que o respeito à vida é um elemento fundamental. A procura do esporte pelos membros das classes populares, como um meio de elevação social, especialmente por aqueles que são residentes em comunidades violentas, pode representar uma forma de auto-realização e de superação da condição de não ter direitos de cidadania plena. (VIANNA, 2011,p294)

Neste texto o autor verifica que em um jogo de futsal, os jovens em conflito com a lei, sabem as regras, porém não as cumprem em favorecimento próprio, a não ser que haja um regulador das punições, a exemplo o arbitro.

Acreditamos que o reconhecimento da noção de regras, dos adolescentes em conflito com a lei, no jogo de futsal, possibilitará práticas educativas mais eficientes na promoção de questionamentos para ajudá-los no desenvolvimento da aquisição de valores direcionados para o respeito mútuo, a cooperação, a solidariedade e a responsabilidade. Assim, a ressocialização e a diminuição da reincidência desses adolescentes, em medida socioeducativa de internação poderão ser favorecidas (KOBAYASHI, 2010,p.196).

A noção de regras desenvolvida pelo esporte é uma das características principais da utilização do mesmo como agente condicionante dos jovens ao modelo de vida opressor do capital (BRACHT, 1986). As pesquisas em geral encontradas se

referem a esse aspecto de forma superficial, no entanto algumas buscam fundamentação teórica, como por exemplo, a que desenvolve a ideia de Piaget, no que tange a questão da moral, para o trabalho justamente com jovens em conflito com a lei e sua reinserção social, como mostra parte do mesmo; Segundo PIAGET (1994), “a regra coletiva é, inicialmente, algo exterior ao indivíduo e sagrada, depois vai se interiorizando e aparece como livre resultado do consentimento mútuo e da consciência autônoma”. (KOBAYASHI, 2010,p.197).

O artigo mencionado merece nossa atenção, pois, além de ser o único a tratar dos atores sociais elencados como publico alvo desse estudo – os jovens infratores - a pesquisa organiza seus conceitos e metodologias de forma fundamentada, porém seguindo a lógica de mecanização para o capital através da noção de regras no processo de reinserção social.

Regras são importantes porque são partes integrantes da sociedade. O jogo com regras possibilita à criança, desenvolver suas estruturas mentais e socializar-se. Na infância, a moralidade é passiva, porque as crianças obedecem às regras sem discuti-las” (KOBAYASHI, 2010,p.196).

A pesquisa teve como foco os jogos de futsal praticados por adolescentes reclusos pela prática de delitos, e se propôs analisar o quanto esses jovens conhecem e praticam as regras no jogo. Os pesquisadores concluíram que os adolescentes sabem as regras, porém no que se refere a vantagens próprias, os mesmo não fazem questão de cumpri-las, a não ser que haja um mediador regulador de punições, a exemplo o árbitro. “O jogo, principalmente, de regras, pode viabilizar seres mais éticos, conscientes e comprometidos com a cultura e os valores, e assim, favorecer a construção de uma sociedade mais justa e menos excludente”. (KOBAYASHI, 2010, p.196).

Percebemos nessas condutas uma reprodução do modelo de sociedade vigente. O capital faz isso. Existem regras, a exemplo as lei com relação aos direitos sociais, no entanto quando para benefício próprio, o capital transgride a regra quando o mercado dita os investimentos prioritários. No entanto, nessa relação não há arbitro, pois esse papel que era do Estado, na reestruturação produtiva, passou a ser do próprio mercado (MELO, 2005). Mais a frente vamos discorrer sobre a prioridade de investimentos com relação ao direito ao esporte.

O adolescente conhece regras e normas, porém as desacatam, talvez, por acreditar que não será castigado e nem punido pelo ato infracional cometido, e isto, infelizmente, favorece a prática de outros atos infracionais até que seja descoberto, apreendido e punido. Para PIAGET (1994), o tipo de relação social mantida com o grupo familiar e social, na mais tenra idade, influencia o desenvolvimento moral. Acreditamos que pesquisas direcionadas a analisar o ambiente familiar e social possam articular projetos preventivos com o objetivo de diminuir a incidência de adolescentes na criminalidade e promover, portanto, seu desenvolvimento moral (KOBAYASHI, 2010, p.203).

O artigo mencionado faz uma revisão da obra de Piaget, para a defesa do jogo como método eficaz na recriação da consciência e da moral nos adolescentes em conflito com a lei, discorrendo sobre as regras impostas e as regras criadas.

Sabemos que o estudo da Ética e da Moral possibilita ao educador o planejamento de atividades para estimular o adolescente a rever, através de dilemas, seus valores éticos e morais. Isso refletirá em novas condutas e atitudes direcionadas a melhorar sua interação com o mundo (KOBAYASHI, 2010,p.196).

De acordo com tal hipótese, PIAGET (1994) distingue duas formas diferentes de moral: a heterônoma, baseada na obediência, na coerção e punição e a autônoma, fundamentada na igualdade, no respeito mútuo e na cooperação. Postula que a condição necessária para a autonomia (grifos meus) é a relação mantida com os companheiros (KOBAYASHI, 2010, p.196.).

Percebe-se que o texto defende, por Piaget, que o esporte, por se tratar de um jogo de regras, pode desenvolver nos participantes, neste caso jovens em conflito com a lei, a autonomia e uma melhor interação com o mundo. A questão da moral e da ética constituem discursos oficiais sobre a influência do esporte na vida social dos jovens, nesse sentido podemos perceber que o esporte aparece como agentes condicionantes nos indivíduos e não como agente transformador, na medida em que conduz os mesmos a se comportarem bem mediante à situações adversas e não a refletir sobre as reais causas, na luta por transformações (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Além disso, faz proposições com relação a projetos que previnam futuros danos desenvolvendo a moral em crianças desde a tenra idade.

Na fase da autonomia, conforme PIAGET (1994), e relatado por DIAZ-AGUADO e MEDRANO (1999), suas características são: a regra surge do próprio indivíduo, como um conjunto de princípios de justiça, seu caráter, espontâneo, é fonte do bem, está apoiada no princípio de igualdade, respeito mútuo e nas relações de cooperação. A regra não é fixa e nem estática, mas uma forma de equilibrar relações, sua prática é resultante de decisões livres e racionais; a responsabilidade é julgada em função da intenção; a noção de justiça fundamenta-se na imparcialidade; o princípio de justiça autônomo é o equilíbrio das relações sociais e castigos, antes necessários e recíprocos, convertem-se em algo motivado. (KOBAYASHI, 2010,p.198).

A moral da autonomia (último momento do processo de desenvolvimento do juízo moral) deve ser o objetivo de toda educação moral. Para tanto, devemos entender que esse processo inicia-se através da anomia (fase em que há ausência de regras), passa para a heteronomia (fase em que as regras são de origem externa) rumo à autonomia do indivíduo. (KOBAYASHI, 2010,p.198).

### **3.1.1 Políticas Sociais para jovens e o Esporte**

Seguindo a mesma lógica de que o esporte cumpre o papel de aliviar as tensões e de manutenção do modo de produção capitalista, alguns dos autores defendem os projetos sociais de esporte e lazer hoje não têm resultados positivos, pois os formuladores e professores não ensinam o que deveriam, o esporte de rendimento. Além de não seguirem a lógica dos participantes com relação ao esporte, nesse caso, o esporte como ascensão social por meio do alto rendimento, o que resulta na evasão dos mesmos.

No entanto, por não vislumbrar perspectivas de mobilidade social ou por desconhecer os caminhos que conduzam a ascensão social dos alunos provenientes das camadas populares, é possível que o professor negligencie ou desvalorize a relevância das atividades esportivas para este fim. Ao adotarem esta postura o professor e os PIS deixam de atender as expectativas dos participantes de crescimento no esporte, o que provoca evasão e coloca em cheque as metas de socialização através do esporte e do lazer (VIANNA, 2011,p.294).

Além disso, põe em questão o fato de os professores do projeto terem tido uma história de vida relacionada ao esporte de rendimento e, que isso determinou suas possibilidades de formação profissional na área da educação física. E que

mesmo assim, eles têm negado essa oportunidade aos participantes, pela submissão aos objetivos dos projetos, que visam à interação social e não o desenvolvimento de habilidades. Porém, é importante salientar que nenhum dos professores entrevistados eram advindos da “favela”, como trata o texto. Será mesmo que foi o esporte quem garantiu o sucesso profissional desses indivíduos?

Aqui podemos perceber a falta de contextualização histórica da realidade que a pesquisa científica por muitas vezes é assolada (HÚNGARO, 2008; MONTAÑO, 2008). Ignorar as condições determinantes que impulsionam ou não o indivíduo a obter sucesso profissional na grande maioria dos casos, como por exemplo, condições dignas de acesso à educação de qualidade, é utilizar da mesma estratégia neoliberal de fazer determinações e correlações diretas entre a prática de esporte e a supressão da pobreza mundial, sendo que a pobreza é produto da luta de classes (MELO, 2005).

Pode-se entender que os objetivos tradicionais do esporte continuam presentes, embora o lugar principal seja ocupado pelos objetivos de inclusão e integração social. Os valores clássicos de desenvolvimento das habilidades esportivas, a autonomia, a performance parecem estar baixamente representados e de forma dispersa. Fica difícil afirmar que os professores trabalhem no desenvolvimento das habilidades e competências esportivas, abrindo para o esporte amador e profissional, motivos centrais na sua própria experiência de vida e de vínculo com a escolha da formação em educação física. (VIANNA, 2011,p.290).

Nesse momento se faz uma “aspa”, pois é pertinente salientar algumas interpretações problemáticas, com relação aos escritos dos estudiosos da área crítica da educação física. As teorias críticas da educação física questionam o ensino do esporte de forma mecânica, da técnica pela técnica, sem a apropriação real do poder emancipador de tal prática, defendendo o ensino do esporte, inclusive da sua técnica, no processo de formação humana na busca pela superação do modelo de sociedade atual (BRACHT 1986, 1992 E COLETIVO DE AUTORES 1992) e não de que o esporte é um mal em si, sendo impossível a sua utilização para a autonomia, como diz o texto abaixo;

Alguns delírios pedagógicos parecem pretender ir contra tal evidência. O movimento de crítica ao ensino de esportes na escola que surgiu a partir da década de 80, com crítica à aprendizagem técnica ou de aprofundamento dos conhecimentos e habilidades dos fundamentos dos esportes na educação física escolar, parece ter contribuído para a desvalorização da aprendizagem

dos fundamentos ou técnicas corporais na área. A aprendizagem dos fundamentos e técnicas do esporte passou a ser vista como processo de mecanização ou deshumanização e a prática de esportes como um instrumento de alienação ou anestesia social, indicada como instrumento de adaptação e controle social (CASTELANI FILHO, 1983; BRACHT, 1986; GHIRALDELLI JUNIOR, 1988). A crítica a utilização dos esportes como instrumento de inclusão encontra-se disseminada em setores do meio acadêmico, em particular nos cursos de formação em educação física, com a difusão da ideia de que o esporte é um mal em si, sendo impossível a sua utilização para a autonomia e emancipação dos membros das camadas populares. Mais ainda, o esporte por “essência” seria excludente por selecionar os melhores (VIANNA, 2011,p.287).

Retomando o debate sobre o esporte de alto rendimento, no entanto o que se percebe é que mesmo não sendo o foco principal dos projetos sociais, esta modalidade de esporte tem os olhares dos gestores e daquele que dita as regras do jogo e decide onde se deve investir, o mercado (MELO, 2005).

Vale ressaltar que, no conjunto das políticas esportivas, a LIE (*lei de incentivo fiscal*) amplia os recursos para o setor, todavia, tal mecanismo fornece um caráter mercantil à temática esportiva quando deixa para o mercado (normalmente o setor de marketing das empresas) definir o projeto que deverá receber o financiamento (GRIFOS MEUS). (MATIAS, 2015, p.101)

As pesquisas mostram que as autoridades tem se preocupado com o esporte de alto rendimento desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até e principalmente agora, devido aos megaeventos, no governo Dilma. São alarmantes os dados com relação aos investimentos prioritários e o esquecimento do Esporte Educacional e do Esporte de Participação – componentes das políticas sociais para jovens em situação de vulnerabilidade social – com relação aos recursos, sendo esse direito negado a esses indivíduos (HÚNGARO 2008).

Nota-se a hegemonia de propostas para o ER, o que se observa também no volume de recursos aprovados e captados. Enquanto os projetos para o ED e EP captaram juntos R\$ 320,8 milhões, os projetos do ER somaram o total de R\$ 647,5 milhões (Figura 3). Em outras palavras, mais de 50% dos recursos captados por meio da LIE foi destinado à manifestação esportiva de mais visibilidade perante o público (MATIAS et al, 2015,p.102).

No entanto, apesar dos acenos nos primeiros anos de governo em direção à implementação de políticas esportivas, balizados sobre o princípio do direito universal ao esporte, tal fato não se materializou no ordenamento legal e no financiamento (MATIAS, 2013). O que se

observou foi o estreitamento e consolidação dos laços entre o Governo Federal, as entidades esportivas e o setor privado, que se deu por meio da sanção do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº. 10.671/2003), da criação do programa Bolsa Atleta (Lei nº. 10.891/2004), da criação da Timemania (Lei nº. 11.345/2006) e com a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (Lei nº. 11.438/2006), e se acentuou com a entrada do Brasil no circuito de megaeventos esportivos. Ainda no que se refere ao financiamento do esporte, nota-se, como resultado da chegada dos megaeventos, o aumento dos repasses diretos do governo para as entidades esportivas e o crescimento das verbas de patrocínios das empresas estatais (MATIAS et al, 2015,p.100).

O investimento no esporte de rendimento, em detrimento ao cumprimento dos direitos sociais, se apresenta como outra forma de como o conhecimento histórico e socialmente produzido – o esporte – serve aos interesses do capital. Nesse sentido podemos concluir que o esporte não é o salvador da pátria, como defendem os discursos oficiais e diretrizes dos organismos internacionais, pois suas características intrínsecas não podem mudar as relações políticas concretas do modo de produção de vida capitalista (MELO, 2005). Pelo contrário, o esporte assume o papel de paliativo das ações compensatórias, na medida em que na forma de migalhas é oferecido a esses jovens como ocupação do tempo ocioso. Não como prática educativa de superação dos problemas, mas como medidas ilusórias de compensação e manutenção do capital (HÚNGARO, 2008). “Erradicar a extrema pobreza e a fome = Proporcionar oportunidades de desenvolvimento. Incentivar a indústria do esporte, bem como a organização de grandes eventos desportivos. O esporte fornece habilidades essenciais para uma vida produtiva”.(assembleia geral da ONU, GRIFOS MEUS) (MELO, 2004,p.118).

Programas de esporte, per si, não darão conta da resolução de todos os problemas sociais. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos. A não ser que se pretenda justamente o contrário: o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, está se tentando enfrentar.(GRIFOS MEUS). (MELO, 2004, p.118)

Sobre os dados (HÚNGARO, 2008; MELO, 2005) mostrarem que o esporte tem cumprido um papel importante na ótica do capital, ele é um conhecimento

produzido historicamente pela cultura corporal e segundo Coletivo de autores (1992) pode e deve servir aos interesses de quem produziu, a classe trabalhadora, pois segundo Marx fazem parte da superestrutura da sociedade como diz um dos artigos encontrados;

Na visão marxista, as instituições sociais como o esporte e a cultura física derivavam da base econômica da sociedade. Como o modo de produção determinava o caráter da vida social, o esporte e a cultura física seriam partes da superestrutura da sociedade. Além disso, como o homem muda tanto a natureza como a natureza dele mesmo, pode-se chegar à conclusão de que há uma ligação entre o trabalho e o exercício físico, ambos servindo como mecanismos promotores de mudança. Marx percebia o valor do exercício físico no desenvolvimento do indivíduo de forma harmoniosa e acreditava que o homem precisava de recreação física, de forma que a educação física deveria compor um sistema ideal de preparação junto ao treinamento intelectual e ao ensinamento das técnicas de produção. Lênin enxergava a importância da educação física no treinamento militar e na preparação para o trabalho, concebendo que o esporte seria uma força para o desenvolvimento individual harmonioso (JESUS, 2011, p.424).

Se o esporte e o trabalho podem servir como mecanismos promotores de mudanças, o trabalho na mudança do modo de reprodução da vida, por meio das lutas sociais (TONET,2013) e o esporte na formação humana do sujeito (BRACHT 1986 E COLETIVO DE AUTORES 1992), é possível visualizarmos um esporte superador.

Podemos fazer algumas considerações, não para encerrar a discussão. Pelo contrário, pretendemos apenas aquecer a discussão que poderá surgir. O que fica explícito com a construção deste referencial é que o esporte, seja lá qual for a vertente, pode ser utilizado no processo educacional de forma eficaz. O que precisamos é saber qual o objetivo que pretendemos. Caso queiramos um processo educacional no qual a reprodução de valores provenientes de a uma ordem econômica, fica claro que as perspectivas do mercado deva ser contemplada. Isto não é difícil. Basta continuarmos com a ênfase no modelo biológico que a Educação física contempla. É tão fácil que podemos até continuar com o discurso de tratarmos do cognitivo e do afetivo junto ao físico (JUNIOR, 1998, p.58).

Se o mesmo for pautado em uma concepção de ensino que realmente busque a superação da causa das mazelas sociais.

Caso pretendamos dar um contorno diferenciado a estas práticas, concordamos com vários posicionamentos apresentados pelos autores trabalhados. Em especial, concordamos com BRACHT quando este nos lembra de que não devemos abandonar o esporte, mas sim contextualizá-lo dentro do processo educacional. A análise crítica deste fenômeno, frente a realidade mais ampla nos possibilita acreditar numa contribuição na formação de cidadãos. Principalmente em se tratando de meninos de rua. Usar o esporte como meio de exacerbação da individualidade para estes meninos é contemplar uma segunda exclusão (JUNIOR, 1998, p.59).

E um lazer emancipador, trazendo mudanças reais na vida dos jovens, afim de que as possibilidades de não entrar para a criminalidade ou mesmo sair dela, sejam ancoradas ao conhecimento da realidade na busca de sua transformação. Na luta por uma sociedade igualitária que proporcione condições da reinserção social.

Em outra visão, Kuenzer (2000), refere-se ao princípio educativo como uma dimensão articuladora do processo de formação, proporcionando mediação entre infra-estrutura – bases materiais de produção – e superestrutura – concepção de mundo, comportamentos, ações, fazeres, normatizações, etc. O modo de educar deveria, sob esse ângulo, responder às demandas colocadas pelas contradições do mundo do trabalho, o que implica em conceber o lazer como um tempo e lugar de reorganização da vida social. As variadas experiências e saberes pertencentes ao “que fazer” cotidiano das pessoas deveriam ser decodificadas e potencializadas, permitindo-se a apreensão crítica e criativa dos conteúdos do lazer. Essa poderia vir a se traduzir numa opção pedagógica que visa à conscientização de cada participante de seu estar “no” e “com” o mundo, o que possibilitaria, como disseram Freire e Nogueira (1999), o desenvolvimento de determinadas habilidades e valores necessários à sua autodeterminação, como indivíduo e como ser coletivo paralelamente. Assim, o lazer passaria a se constituir, ao lado de outras, uma prática educativa fundamental para organização e fortalecimento das comunidades (COSTA 2011, p.576).

O presente estudo acredita nas reais possibilidades de o esporte ser desenvolvido e vivenciado de forma diferente da que vem sendo oferecida pelo estado burguês, e defende o trabalho como princípio educativo (PISTRAK, 2009; SAVIANI, 1991) no processo de formação humana através do esporte, na busca

pela superação do modelo de sociedade que não possibilita condições de vida igualitárias. Tema este a ser desenvolvido no decorrer deste trabalho.

### **3.2 Juventude e esporte, superação impedida**

Cercada pela realidade de pobreza e miséria, em busca de suprir as necessidades familiares e as necessidades que o mercado impõe a toda à sociedade, os jovens traçam planos e projetos profissionais que não são alcançados na maioria das vezes pela realidade do mercado de trabalho, realidade de desemprego e subempregos. Segundo ABRAMO (2002), esses planos permeiam geralmente profissões mais valorizadas, principalmente a de atleta de futebol, no entanto, pela falta de instrumentalização e de reais oportunidades, os jovens têm de trabalhar em profissões que não os agrada e em empregos desmotivantes que desvalorizam grandemente a mão de obra.

A realidade de pobreza e os valores de consumo do capital sendo interiorizados pela classe trabalhadora, como explica Rosa (2010), em geral faz com que esses jovens busquem, por meio dos delitos, alcançar um patamar de aquisições que jamais conseguiriam por meio do trabalho assalariado, isso se por ventura conseguissem ocupar vagas numa realidade de desemprego:

Entretanto, é a situação de pobreza que faz com que muitos se vinculem à criminalidade no intuito de transcender e transformar as condições econômicas e sociais em que vivem, buscando fugir das prisões mascaradas (ROSA, 2010, p.135).

O autor denomina de prisões mascaradas as diversas formas de exclusão sofridas pela juventude pobre, “exclusão identificadas com a criminalidade, na medida em que se associa juventude, pobreza e criminalidade” (ROSA, 2010, p. 136). Prisões estas que intensificam a fuga/busca de autoafirmação por meio do consumo ou da violência como formas de poder.

No que se refere à juventude, Spósito (2003) salienta que é importante recorrer à ideia de juventude em seu sentido plural, ou seja, juventudes, pois não se limita a um momento do ciclo de vida, mas se caracteriza de acordo com os recortes

socioculturais e o modo de inserção na estrutura social, ou seja, os critérios constituintes são de ordem histórica e cultural.

Com relação ao aspecto referente ao ciclo de vida, as prerrogativas legais se resumem em um estatuto específico que designa que “Com relação ao conceito juventude, a legislação brasileira considera os jovens como sujeitos de direitos, direitos esses construídos especificamente para essa parcela singular da população, que se encontra em situação peculiar de desenvolvimento” (ECA, 1990). Além disso, podemos encontrar na literatura algumas posições conceituais acerca da juventude.

Monteiro (2006) nos lembra de que as crianças e os adolescentes já não são mais considerados sujeitos débeis e menos importantes e/ou capazes que os adultos como em épocas passadas. Entende-se hoje que os jovens são indivíduos em um período específico de desenvolvimento tanto físico, quanto psíquico e emocional, que constroem a sua história a partir de relações sociais e com o meio em que vivem, “indivíduos que vivem em diferentes contextos culturais e sociais e que desenvolvem suas próprias significações a respeito dessa fase da vida” (SCHIMIDT E DURAND, 2004, p.5).

Porém, o jovem pode ser considerado um sujeito em transição, que se encontra em condição de “vir a ser”, onde suas atitudes e modo de vida só tem sentido no olhar para o futuro. Essa visão considera a juventude somente como uma passagem para a vida adulta, negando assim a importância do presente vivido. Outra visão desse período caracteriza a juventude como tempo do prazer, da liberdade, de expressão de comportamentos fora do padrão, o que legitima esse período como uma etapa marcada por erros e irresponsabilidade. Com isso, a ideia de que a juventude representa uma fase complexa, de muitos conflitos, crises familiares e distanciamento, pode nos levar ao erro, pois se nos pautarmos nesses conceitos, tendemos a criar um modelo ideal de jovem (SPÓSITO, 2007).

Pais (1993) divide a juventude em dois eixos, o primeiro que ele categoriza como corrente geracional, que se refere a uma determinada fase da vida e o segundo denominado de corrente classista, que se concretiza como produto de desigualdades.

Algumas visões sobre adolescência e juventude aparecem nas pesquisas, porém o debate é raso, sendo as outras categorias elencadas bem mais debatidas.

Pesquisas trazem a adolescência/juventude, como uma fase de mudanças, de indefinições sociais.

A adolescência está marcada por características psíquicas (SOARES, 2000), tais como mal-estar, confusão, hesitação, indefinição, irresponsabilidade, transgressão e impetuosidade que são vividas e interpretadas de forma diferente, conforme a classe social. Atribuímos à adolescência o signo da “fase de transição” - instabilidade, incerteza, mobilidade e transitoriedade. O hábito de definir o adolescente como alguém que não é mais criança, ao mesmo tempo em que também não é adulto, expressa a indefinição social desse lugar. Essas características da adolescência, normalmente são associadas à ameaça à segurança social, e muitas das justificativas para a implementação de políticas de esporte para os jovens vêm sendo justificadas por esse argumento que, a nosso juízo, é unicamente moral e, portanto, desprovido de preocupações, de conhecimento e de fundamento pedagógico. Aliás, o corpo e a sexualidade dos adolescentes normalmente chamam a atenção em termos de crises morais. (MOLINA, 2004,p.127).

Muitos jovens, em sua grande maioria meninos, sonham em se tornar jogadores de futebol (ABRAMO 2002), no entanto, para além da formação profissional, o esporte se constitui como uma prática prazerosa que contribui para a construção humana dos sujeitos a depender da mediação a ele atribuída (COLETIVO DE AUTORES, 1992). No que se refere à visão do esporte pelos jovens, algumas pesquisas afirmam que os mesmos veem no esporte um espaço de convivência saudável e propício para se construírem como sujeitos autônomos, em contraponto ao estudo já citado aqui que defende que por não atender ao seus objetivos dos participantes, a profissionalização por meio do esporte de alto nível, eles evadem dos projetos. No entanto é fundamental levarmos em consideração que o esporte segundo Coletivo de Autores (1992) “como pratica social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica”. Ou seja, os jovens praticantes dessas práticas esportivas vão reproduzir os valores inerentes a uma essa sociedade de exclusão. No exemplo dos artigos citados abaixo, o sentimento de ganhar e perder é expressão do capital. Transgredir a regra é válido na medida em que não se é flagrado, para ocupar posição de herói/poder no jogo, a lei da vantagem a todo custo, mesmo que no desrespeito ao outro é produto do capitalismo (HÚNGARO 2008).

Os adolescentes reconhecem a oportunidade de pertencerem a esses grupos de atividade, como a única oportunidade de se construírem autonomamente como sujeitos e, portanto de formarem opinião positiva a respeito desse espaço e de si próprios. (MOLINA, 2004,p.133).

Alguns dos jovens participantes de projetos sociais em suas falas que se sentem envaidecidos quando chegam à sua comunidade e se descrevem como atletas. Isso evidencia alguns dos olhares dos jovens para o esporte.

Como o adolescente quer definir-se como adulto, quer afirmar-se, quer distinguir-se, etc., o esporte praticado nas oficinas do Projeto Social investigado, reconhecido pelos adultos dos âmbitos familiar e escolar, como protegido e saudável, concretiza esse sonho: transgredir, pertencer! (MOLINA, 2004,p.134).

Muitos desses jovens no que se refere às intenções profissionais almejam ser atletas, principalmente jogador de futebol. No entanto existem dificuldades reais de conseguirem êxito, mesmo participando de um projeto esportivo.

No entanto, por não vislumbrar perspectivas de mobilidade social ou por desconhecer os caminhos que conduzam a ascensão social dos alunos provenientes das camadas populares, é possível que o professor negligencie ou desvalorize a relevância das atividades esportivas para este fim. Ao adotarem esta postura o professor e os PIS deixam de atender as expectativas dos participantes de crescimento no esporte, o que provoca evasão e coloca em cheque as metas de socialização através do esporte e do lazer (VIANNA, 2011,p.294).

### 3.2.1 Os projetos sociais e seus resultados

A questão não é dizer que os projetos são de tudo males na vida desses jovens. As políticas são em alguma medida importante para eles, afinal permitem que tenham um mínimo de acesso às práticas esportivas e ao lazer. O que precisa ser questionado são as migalhas (MELO, 2005) proporcionadas, a falta de prioridade na gestão dos financiamentos (HÚNGARO, 2008) e o objetivo de manter uma sociedade fundamentada na luta de classes (BRACHT, 1992). Sendo que se trata dos jovens filhos da classe trabalhador, quem produziu esse conhecimento histórico – o esporte – o qual deve servir como meio de emancipação da mesma, sendo oferecido de forma planejada intencionalmente no viés da emancipação, com qualidade e de forma universal a todos (TONET, 2009).

Estamos diante dos chamados projetos sociais, geralmente localizados em bairros pobres e violentos, que muitas vezes se apresentam como a única possibilidade de acesso para muitos jovens. Talvez por isso, goze de maior prestígio social, indicando uma prática que contribua para as novas gerações. (MELO, 2004,p.116).

Muitos dos jovens participantes desses projetos nunca tiveram contato com modalidades específicas, como por exemplo o surf, que são desenvolvidas nos projetos e eles gostam das práticas, alguns veem resultados com relação à seu comportamento em casa e na escola.

Porém, juntamente com o constante bombardeamento da mídia com relação ao consumo, a classe trabalhadora, e principalmente sua parcela jovem, se depara ainda com o marketing do mundo da criminalidade. A ostentação e a garantia de aquisição dos bens oferecidos pelo mercado atrai a juventude pobre para a realidade de delitos, além da garantia de poder, muitas vezes, por meio da violência (OLIVEIRA et al, 2006).

Assim, a realidade fora dos projetos não muda, a pobreza continua, o crime continua e as investidas por parte dos integrantes do narcotráfico continuam. Um em meio a tantos pode não ser influenciado e talvez consiga se adaptar à lógica do mundo de trabalho, porém, os índices mostram que são poucos (MELO, 2005).

Não se trata de desconsiderar a importância disso para a vida das pessoas que estão sendo atendidas, já que para essas, num contexto de poucas opções de lazer, pouco importa quem promove, se é o Estado, uma Ong, ou um candidato a cargo político, ou já eleito visando ampliar/ consolidar sua base política. O desafio é compreender os aspectos políticos disso, e sua vinculação/capacidade de dar conta das metas que se propõe a atender. Podemos perguntar se a prática esportiva por si é garantidor de cidadania, ou ainda se está relacionada com o processo de conquista/ampliação da mesma. Ou então se podemos resgatar a cidadania num contexto em que, apesar do as novas opções de lazer, os antigos problemas continuam, senão se agudizaram. (MELO, 2004, p.117).

No entanto, como tantas vezes dito aqui, essas práticas têm sido organizadas e planejadas de forma funcionalista, ou mesmo dotada de um discurso de inclusão social, que na verdade só reafirma a exclusão, pois são necessárias medidas inclusivas quando não se pauta a supressão da exclusão como nos mostra Maciel (2009)

Exclusão e inclusão social não podem ser analisadas em separado porque constituem um par dialético com pólos em contradições. Inclusão social em uma sociedade de classes representa a aparência de uma realidade que, para ser explicada, exige a consideração das leis gerais que regem o modelo do capital organizar a produção e reprodução dos bens, as contradições na organização do poder no Estado capitalista e, fundamentalmente, as expressões da luta de classes, ou seja, o enfrentamento entre interesses antagônicos e altamente conflitantes que também determinam a vida na sociedade. (TAFFAREL, 2012,p.136).

As práticas da Educação Física vão muito além de trabalhar o corpo da criança para desenvolver suas habilidades motoras, devem auxiliar na educação do jovem morador da área de risco para potencializá-lo através das atividades esportivas e recreativas presentes na Recreação Esportiva, buscando minimizar os possíveis problemas para estimulá-lo constantemente a vencer os obstáculos na luta por novos ideais de vida como cidadão (GRIFOS MEUS) (TAVARES, 2010, p.267).

Alguns dos artigos encontrados mostram o adestramento como estratégia para acalmar os ânimos violentos. No entanto essas práticas são como nos mostra Coletivo de Autores (1992), “as condutas sociais dos alunos nas mais diversas

manifestações, tendo a expressão corporal como linguagem”, ou seja, os jovens reproduzem corporalmente nas práticas esportivas aquilo que vivenciam diariamente. É-lhes cobrado nas aulas comportamento adequado, porém em casa e no bairro há violência por todos os lados. A vida deles deve ser tematizada nas atividades buscando a solução real dos problemas (TONET, 2009).

A violência doméstica, acrescida da guerra declarada entre a polícia e o tráfico de drogas que se enfrentavam diariamente na comunidade, deixava os seus moradores mais jovens confusos com relação aos valores que deviam seguir, além de violentos na hora de resolver seus problemas que despertavam a agressividade durante as práticas esportivas. Antes de qualquer objetivo motor havia a preocupação em educar os “ouvidos” daqueles que se inscreviam para freqüentar as aulas, pois chegavam violentos em excesso até mesmo na hora de brincar com os colegas. Então, foi preciso dar mais atenção à adaptação de cada novo adepto ao projeto nos cuidados com as falas, no trato com os colegas durante as atividades e com relação aos comportamentos em geral, sempre polêmicos... Ao chegarem no recinto, aprendiam a cumprimentar com um simples “bom dia” ou “boa tarde” aos colegas e aos professores, pois assim todas as crianças passavam a entender a importância desse comportamento de polidez adquirido diante dos adultos e de outras crianças no dia-a-dia de cada um em sua comunidade quando eram elogiados pelos mesmos que aprovavam as novas atitudes.. (TAVARES, 2010, p.262).

As políticas focalizadas desenvolvidas pelo Terceiro Setor podem até produzir resultados e benefícios reais na questão sociohistórica de jovens pobres, por meio da autonomia nas ações que as instituições têm para desenvolver os projetos, ou até mesmo pelas condições estruturais e de financiamento. É mais provável o alcance de resultados em condições melhores do que em uma internação sem o direito da luz do sol.

Há projetos que promovem resultados positivos, no entanto consiste em uma parcela mínima, jovens selecionados por suas habilidades artísticas, participantes de um projeto com bons investimentos, orientados por um profissional conceituado e etc (Spósito, 2003). Como no caso de um jogador de futebol que faz sucesso, sendo um em um milhão de meninos jogando no asfalto de suas ruas, o que não condiz com a realidade dos projetos sociais em geral.

Os sujeitos de umas das pesquisas se profissionalizaram na dança, mudaram de vida, tiveram grandes oportunidades, porém se trata de um projeto diferenciado dos diversos projetos que compõem o quadro de políticas para a juventude em situação de vulnerabilidade (MONTANÕ, 2002).

A dança trouxe muitas alegrias, conhecimentos e oportunidades nunca esperadas por eles (viajaram o mundo com o espetáculo Samwaad – Ruas de Encontros) e tudo isso contribuir para proporcionar a sua inserção social... Eles passaram a dar valor para as coisas que eles conquistaram, principalmente por que nem todos tinham essa oportunidade... Alguns jovens em seus depoimentos mostraram que conseguiram autonomia financeira, e outros perceberam que através da dança a sua vida podia mudar, e como já dissemos, são reconhecidos na comunidade em que vivem. O projeto de que participam proporcionou o conhecimento de outras culturas, eles superaram obstáculos para chegar aonde chegaram, e mudaram sua visão de mundo... Constatamos que a dança, como possibilidade de lazer e de inserção social para jovens, trabalha com o que temos de mais íntimo - o corpo. A inserção proporciona novos conhecimentos e oportunidades para jovens da periferia que não teriam facilidade de se realizar fora de projetos semelhantes ao Dança Comunidade (SARTO, 2008, p.6).

Faz-se necessário então que os projetos que alcançam estes resultados se tornem Políticas Públicas desenvolvidas pelo Estado, afim de que todos os jovens possam ter acesso à possibilidade de êxito na reinserção social.

### 3.3 Esporte e trabalho, no embate da reprodução x transformação adiada

O trabalho como característica fundante do homem – na transformação consciente da natureza, desenvolvendo as potencialidades nela ocultas, para a produção e reprodução da existência humana – é ponto de partida para a humanização do ser social (GOMES, 2003). Segundo Mészáros as antigas formas de interação produtiva entre o homem e a natureza eram em sua essência destinadas para o uso, sendo assim grandemente suficientes. No entanto esse modo de produção se tornou vulnerável frente o “imperativo fetichizado do valor de troca” quantificável e sempre expansível. Assim surge a forma historicamente específica do modo de produção capitalista.

Marx (1996) ao estudar o funcionamento do capitalismo em *O Capital*, conclui que ele se apoia numa relação de luta entre duas classes principais estabelecidas na sociedade moderna: A burguesia x trabalhadores. A classe burguesa, em síntese, se estabelece como detentora dos meios de produção de existência, em outras palavras, explora a classe trabalhadora, que por sua vez possui somente a sua força de trabalho para vender e garantir sua sobrevivência. Assim, por não possuir nenhum meio de produção, há a necessidade inconteste de se obter a condição para que se possa vender esta força de trabalho e, tendo em vista que os meios de produção são propriedade da classe burguesa, é ela quem a compra. É nessa troca (relação entre a força de trabalho x salário x produção do valor- excedente do trabalho abstrato) que se materializa a exploração, pois o objetivo central do modo de produção capitalista é a obtenção de lucro (no sentido da produção -reprodução do valor).

Alguns dos artigos encontrados fazem essa análise da conjuntura histórica da sociedade para desenvolver sua posição frente à reorganização do mundo do trabalho e a Educação Física.

Essa análise sobre o trabalho será realizada no marco da luta de classes, pois como já expuseram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1848, “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes” (2003, p. 45). Por esse motivo, entendemos ser possível a compreensão das relações que envolvem o conceito trabalho somente através de uma análise que considere este marco... Para Marx (1989), o trabalho, antes de qualquer coisa é independente da

formação social a que está submetido, é indispensável para a existência humana. É através dele que o homem realiza o intercâmbio material com a natureza, ou seja, é através do trabalho que se torna possível manter a humanidade, na medida em que ele é visto como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizado pela espécie humana e aplicado sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência. (BOTH, 2011, p.47).

O processo de reestruturação produtiva do capitalismo promove também modificações na sociedade em geral, por exemplo, sobre a organização do trabalho, introduzindo o sistema de trabalho flexível. Segundo Húngaro e Antunes (2008), essa nova modalidade de trabalho requer um trabalhador flexível, polivalente, apto a desempenhar diferentes funções. Isso muda a concepção de formação humana, posto que se torna imperativa a elaboração de uma educação plural, fragmentada e superficial, capaz de preparar os novos trabalhadores para que respondam com eficiência e eficácia as demandas imediatas da prática e as exigências de produtividade. Entram em cena os organismos financeiros internacionais e a Teoria do Capital Humano como diretrizes dos mesmos aos países adeptos aos seus financiamentos. Segundo Frigotto (2009, p.19) “A noção de capital humano constituiu-se, na década de 1950, a partir da ideia de um trabalhador treinado, adestrado e educado, com saúde para se adaptar às exigências da produção mercantil e atingir a produtividade máxima”.

Húngaro (2008) nos mostra que a teoria do Capital Humano na educação, prevê uma prática educativa voltada às demandas de mercado e não para o desenvolvimento pleno do ser social como defende Saviani (1991), quando diz que os homens ao longo de sua existência se produziram enquanto seres humanos, sendo que o trabalho educativo é produzir nos indivíduos essa humanidade de forma intencional e direta. Apropriar-se do conhecimento socialmente produzido para desenvolver-se de forma ampla, sendo esse um processo de educação. Formam-se então trabalhadores multifuncionais, cujo grau de exploração de força de trabalho é ainda maior, já que, sob a égide do trabalho flexível, intensifica-se a produção e estende-se ao máximo a jornada de trabalho. Soma-se a isso a implementação da tecnologia em grande escala, o que promove o crescimento da produtividade e ao mesmo tempo a diminuição da oferta de empregos, tendo como consequência o fechamento de numerosos postos de trabalho, o que gerou um desemprego em massa.

Para Frigotto (1994), dentre as consequências da crise do capital na educação, pode se citar a subordinação mais imediata da formação humana às leis do mercado, tendo ainda no plano epistemológico a difusão da tese da “sociedade do conhecimento” e o fim da sociedade do trabalho...Ou seja, a educação assume, entre outras coisas, uma postura ideológica mais eloquente (SOUZA, 2014,p.49).

Na educação física podemos perceber as investidas desse novo modelo de educação e sua forma fragmentada de organizar os currículos dos cursos de formação inicial (FILMIANO, 2010), como até mesmo na formação continuada, no que se refere ao projeto histórico, organização do trabalho pedagógico e dos conteúdos. Como consequência disso o trabalho pedagógico e o direcionamento das mediações conteúdos/alunos subordinam-se também à ótica do mercado e das competências racionalidade, eficiência e produtividade (FRIGOTTO apud GONZÁLEZ, 2005,p.59). Como mostram as citações dos artigos encontrados;

Tais implicações vão desde a perda da centralidade desta disciplina para o projeto educacional dominante, de maneira imediata, por causa da mudança no perfil do trabalhador a ser formado, passando pela utilização desta disciplina como um diferencial nas escolas particulares... Não concordamos com esse “assalto às consciências e amoldamento subjetivo” (TAFFAREL, 2001, p. 47) que vem sendo imposto aos trabalhadores em geral e, de maneira particular, aos professores de Educação Física através desta formação fragmentada, que dificulta a compreensão da totalidade das relações que envolvem a área, atendendo assim aos interesses do avanço das forças destrutivas do imperialismo (BOTH, 2011,p.60)

Ainda que os futuros professores estejam bem preparados no que se refere aos conteúdos com os quais trabalharão nas escolas, falta-lhes a compreensão sobre a importância do seu papel na organização do trabalho pedagógico e da própria dinâmica da aula em si. Esse período de formação inicial deve propiciar-lhes a capacidade de identificar e superar problemas na organização do trabalho pedagógico e de tornar acessíveis a todos os alunos os conteúdos de ensino (CHAVES, 2012,p.909).

### 3.3.1 Formação de Professores de Educação Física e a formação Humana

Com relação à categoria trabalho a maioria das pesquisas dirigia-se a formação (inicial e/ou continuada) dos professores que desenvolvem atividades com os jovens em projetos esportivos de cunho social. Alguns enfatizam que o professor precisa de planejamento do sentido de desenvolver atividades características ao modelo de esporte e educação que leve os jovens à padronização social esperado pelo neoliberalismo. Ou mesmo propunham métodos de trabalho para estes como, por exemplo, o trabalho que apresentou o desenvolvimento da moral a partir de regras por Piaget, para a reinserção social de jovens em conflito com a lei e o próximo que se refere à psicologia educacional e propõe que:

Acreditamos, portanto, que os resultados deste estudo possam tornar-se um parâmetro para educadores que atuam, junto a crianças e adolescentes, em medidas socioeducativas ou de proteção. Eles podem criar situações propícias, tanto preventivas como interventivas, para propiciar o desenvolvimento sociomoral, minimizando, assim, sofrimentos e oportunizando a formação de cidadãos com maior senso ético e moral, capazes de optarem pelo caminho da solidariedade, da cooperação e da justiça. (KOBAYASHI, 2010, p.203).

Portanto, com o auxílio da Psicologia do Esporte pode-se intervir em situações que envolvam motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem estar, aderência, entre outros.<sup>7</sup> Considera-se portanto, a importância de um estudo que englobe estas variáveis para que os profissionais, que atuam ou irão atuar em projetos sociais com jovens em situação de risco social, possam organizar suas aulas, e intervir na busca do bem estar destes indivíduos (MATOS, 2011,p.135).

Na busca da “politicamente correta” educação cidadã, os discursos oficiais, apesar de serem dotados de fundamentos neoliberais, trazem a garantia do esporte e do lazer como direito social, como objetivo proporcionar o desenvolvimento humano, a qualidade de vida, ferramenta de paz e a educação para a cidadania (UNGARO, 2008). No entanto o mesmo autor adverte que todo discurso é ideológico, ou seja, há uma luta no campo da teorização e formulação de conceitos. Assim o esporte e o lazer se tornam medidas paliativas na intenção de ludibriar a

sociedade, tendo em vista que os mesmos discursos defendem um modelo de educação baseado na Teoria do Capital humano (FRIGOTTO, 2009).

O termo cidadania tornou-se auto-explicativo. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento a uma ordem desigual foi mimetizada num discurso sem conteúdo. Mesmo os atores e organismos que estão diretamente ligados à implementação do projeto neoliberal, que com suas ações contribuem para a precarização das condições de vida da maioria da população mundial, - por exemplo, o Banco Mundial e os grandes agentes do capital financeiro – também clamam por cidadania em seus documentos. Como se o seu convocar fosse suficiente para esclarecer seus sentidos e projetos políticos. Promover, resgatar, devolver a cidadania é sinônimo de prática “revolucionária”. Mas nesse caso não estamos falando da utopia de superação do capitalismo. Talvez pequenas melhorias para tornar suportável tal precarização (MELO, 2004, p.105).

Nesse sentido parece que a prática pela prática toma lugar à educação cidadã. Sendo a cidadania outro tema presente nos artigos encontrados como mostram os textos.

Curiosamente apresentam-se para “resgatar a cidadania” de jovens, crianças e adultos, principalmente nos bairros pobres. Contudo, cabe a problematização: como resgatar algo que jamais existiu? Talvez caiba conquistar, inventar, mas resgatar algo que jamais houve é no mínimo equivocado, além de tentar camuflar-se embaixo desse grande “guarda chuva cidadão”. (MELO, 2004, p.116)

Em contraponto a esse modelo de educação alguns dos artigos trazem como proposta a formação humana (SAVIANI, 1991) no trato com esses jovens e através do esporte desenvolver todas suas potencialidades de forma intencional e direta, através do trabalho como princípio educativo. Tematizar o trabalho na relação com o conhecimento esportivo na busca pela melhor compreensão do mundo – pelo domínio da ciência e da técnica – no intuito de transformá-lo (PISTRAK, 2009, pg 34). Como pauta o artigo encontrado nas pesquisas;

A fim de superar a antinomia “trabalho e lazer” no campo da experiência educativa, a recuperação da idéia do trabalho como princípio educativo para a intervenção pedagógica no campo do lazer pode ser uma alternativa (MASCARENHAS, 2001)... Como o trabalho – e a ausência dele – é central na vida da comunidade do

Itapoã, por que não tematizá-lo? Isto significa adotar uma estratégia em que as condições de existência, a forma de trabalho e o conjunto das vivências socioculturais presentes na comunidade configuram o quadro histórico e social do qual a educação “para” e “pelo” lazer deveria partir. Os escritos que fundamentam essa proposta foram desenvolvidos por Gramsci (1995), no entanto, a apropriação teórica dessa concepção no campo do lazer ainda não se generalizou (COSTA, 2011, p.576).

Segundo Saviani (1991) e Tonet (2009) é necessário ao professor dedicar-se no domínio da Organização do Trabalho Pedagógico, com profundidade no conhecimento dos conteúdos e intencionalidade nas ações. Ao pontuarmos a Teoria do Capital Humano salientamos sua real intenção de reprodução do capital (FRIGOTTO, 2008), nesse sentido é necessário que a prática pedagógica contra hegemônica seja dotada de grandes esforços, método e organização para que alcance êxito na luta pela superação do modelo imposto.

Com relação à Organização do Trabalho Pedagógico, alguns dos artigos encontrados elencaram sua importância na efetivação do ensino do esporte e das práticas de lazer vivenciadas pelos jovens.

Dedicamos especial atenção para examinar e discutir como se concebe e se insere o lazer em sua organização e trabalho pedagógico, considerando que esse é um traço significativo da política em tela. (COSTA, 2011, p.569)

Porém, os aspectos comportamentais, atitudinais e conceituais são fundamentais no que tange à prática pedagógica, de modo a incluir no planejamento das atividades esportivas os objetivos, a metodologia, os conteúdos e também a avaliação, para que o esporte seja ensinado juntamente a valores educacionais. Entende-se por comportamentais quando realiza atividades que possam contribuir para o seu desenvolvimento motor; e conceituais quando é capaz de apreender conceitos concretos e simbólicos de um determinado conteúdo; e atitudinais quando assimila valores, como solidariedade, respeito, coletividade, etc (CHAVES,2012,p.902).

Especificamente à Formação Humana, Tonet (2009) traz cinco requisitos fundamentais para uma prática educativa emancipatória nas atuais condições históricas, são eles:

- PRIMEIRO REQUISITO: “é o conhecimento, o mais profundo e sólido possível da natureza do fim que se pretende atingir, no caso, da emancipação humana”. Pois é necessário saber o destino a ser alcançado e não só o caminho a ser percorrido, sendo que o fim qualifica os meios. O autor ainda ressalta que não bastam ideias vagas e esquemáticas, ou ainda um compromisso subjetivo, um desejo de ter a emancipação como objetivo. É necessário esforço e crítica do passado, entendendo claramente que a emancipação humana é uma perspectiva superior para a humanidade e o conjunto de questões que permitem sustentar essa afirmação.
- SEGUNDO REQUISITO: “é a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares”. Pois “uma ação educativa realmente eficaz – em direção aos fins propostos – tem que nutrir-se de um conhecimento efetivo do processo real”. Ou seja, “da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital.” Portanto, “É preciso, pois, buscar um saber de base ontológica, regido pelo princípio da totalidade e inseparável da afirmação de que o processo de produção material é a matriz ontológica do ser social”.
- TERCEIRO REQUISITO: “está no conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação”. Pois, “Não é qualquer conceito de educação que é consistente com o objetivo da emancipação humana. Pelo contrário, a nosso ver, apenas um conceito ontologicamente fundado pode ser coerentemente articulado com este objetivo maior”.
- QUARTO REQUISITO: “de uma prática educativa emancipadora está no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber. Sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das ciências sociais e da filosofia... Pois, a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje.” Segundo o autor não adianta ser politicamente a favor das classes populares com um conhecimento medíocre, pois um educador emancipador se faz na articulação dos conhecimentos específicos com a prática social.

- QUINTO REQUISITO: “de uma prática educativa emancipadora está na articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva... uma articulação subordinada da educação ao trabalho.” Pois ao trabalho cabe o papel fundamental na transformação da sociedade, a educação articulada com as lutas sociais possibilita esse caminho.

Na Educação Física temos formulações críticas a cerca do projeto dominante, que vem mantendo por meio da educação o modo de produção de vida capitalista. No entanto no que se refere à superação desse modelo de sociedade apontamos a Concepção Crítico Superadora (COLETIVO DE AUTORES, 1992) como uma síntese da área.

A metodologia Crítico Superadora foi sintetizada e publicada no ano de 1992, pelo Coletivo de Autores no livro Metodologia do Ensino da Educação Física e tem como teoria do conhecimento o Materialismo Histórico Dialético, que se caracteriza pela visão de homem e visão de mundo.

Esta defende a tese de Marx que diz que nos tornamos seres humanos a partir do momento em que adaptamos a natureza a favor da nossa sobrevivência, diferentemente dos animais que se adaptam a natureza para sobreviver. Defende também, que a sociedade capitalista é caracterizada pela luta de classe.

A pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 1991) também é pano de fundo para a metodologia Crítico Superadora.

A concepção Crítico Superadora organiza o tempo e os conteúdos do trabalho pedagógico em ciclos (não em séries ou anos) e em complexos de trabalho temático (não em disciplinas), tendo como objeto de estudo a Cultura Corporal, conhecimentos historicamente produzidos pelos seres humanos ao longo de sua existência.

Ainda para a formação de professores, o Movimento Estudantil de Educação Física tem formulado um projeto curricular denominado Licenciatura Ampliada, que tem como marco teórico o Materialismo Histórico Dialético, se pauta nos princípios de formação humana, de trabalho como princípio educativo na construção de uma prática educativa emancipatória. Esta formulação vem de encontro ao projeto hoje

dominante que tem formado professores de forma fragmentadas, alienada e prontos a reproduzir a lógica do mercado.

No entanto, nenhum dos artigos encontrados pautou esta formulação ou mesmo a concepção Crítico Superadora como diretriz para os trabalhos desenvolvidos nas políticas sociais de esporte e lazer para jovens em conflito com a lei ou em situação de vulnerabilidade social, nem mesmo os projetos que elencam o surf como a principal estratégia de inserção e reinserção social.

### **3.4 Terceiro Setor, políticas para jovens, propaganda enganosa?**

As políticas públicas nada mais são que um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA apud SPÓSITO, 2003, p.8).

As políticas de juventude estão divididas segundo Abad apud Spósito (2003, p.8) em “a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)”, sendo os jovens ora vistos por seus atributos positivos na ação das mudanças sociais e ora vistos por seus aspectos negativos de desvio.

Segundo a autora o número de projetos/projetos de um setor ou ministério do governo, não está proporcionalmente relacionado aos resultados obtidos com essas políticas, a exemplo do “Ministério dos Esportes, que contava com seis programas, demonstrou baixa capacidade de coordenação de suas ações, incipiente reflexão sobre a problemática juvenil e baixíssima sinergia com atores coletivos da sociedade civil” (SPÓSITO, 2003,p.12). Esse fracasso pode ter respostas no modo em como essas políticas tem sido desenvolvidas, não de prioritariamente pública e com financiamento prioritário em um modelo específico de esporte.

Segundo Spósito (2003) nos últimos anos o país tem convivido com mudanças nas políticas de juventude, principalmente em âmbito Municipal, tendo em vista que até o ano 2000 não eram alvo de nenhuma das políticas de educação, saúde e trabalho desenvolvidas a nível federal.

No direcionamento das políticas de juventude, principalmente no que diz respeito à difusão do esporte como linguagem universal, ferramenta de paz e desenvolvimentos humano, estão os Organismos Internacionais, ditando e discursando sobre a prioridade de desenvolvimentos das políticas sociais focalizadas de esporte e lazer, inclusive no que tange o Terceiro Setor, assunto este encontrado nas discussões dos artigos analisados.

As atuações dos Organismos Internacionais estão, quase sempre, circunscritas em ações simbólicas e materiais, estabelecendo pontos e diretrizes que devem ser seguidos pelos Estados-nação... Dentro dessa perspectiva, a década de 2001-2010, foi declarada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, como um tempo privilegiado para a construção da cultura de paz e não-violência. Nesse sentido, segundo a “Organização das Nações Unidas” (ONU), as lideranças e forças sociais do mundo inteiro deveriam se preocupar em fortalecer ainda mais o movimento global em prol da paz e da tolerância; os Estados membros devem aderir sem restrições a esse movimento; a UNESCO deve promover ações e documentos em diversos idiomas para o fortalecimento dessa ideia, o mesmo se espera do “Fundo das Nações Unidas para a Infância” (UNICEF) e “Fundo das Nações Unidas para as Mulheres” (UNIFEM); os diferentes governos devem incentivar as escolas de ensino fundamental a incluírem nas suas aulas lições sobre o entendimento da tolerância, cidadania ativa, direitos humanos e a promoção de uma cultura de paz; a sociedade civil, principalmente as organizações não-governamentais, devem adequar suas ações ao objetivo da década e ajudar na complementação de ações do Estado que visem a construção da tolerância e da paz (GRIFOS MEUS) (SOUZA, 2014,p.42).

A partir das ações de reestruturação do capital e da refuncionalização do Estado, o Terceiro Setor segundo Montaño (2002) passa a ser agente principal no desenvolvimento de políticas de esporte e lazer para a juventude, o que resulta em algumas consequências em torno dos direitos sociais. São algumas delas focalização, precarização, fragmentação e na questão financeira os direitos sociais se transformam em serviços sociais competitivos (mercadoria) que avançam a privatização (HÚNGARO, 2008).

Podemos perceber que esse debate apareceu nas pesquisas digitais encontradas;

1º setor, constituído pelo Estado, onde se vivenciam as questões políticas; o 2º setor, constituído pelo mercado, responsável pela economia; e por fim o chamado 3º setor, responsável pelo que seus apologistas chamam de social... Não é difícil observar políticas esportivas (abarcadas pelo também genérico e auto-explicativo termo “projeto social”) de organismos privados, como empresas, Ongs, Instituições Filantrópicas, ou mesmo de órgãos públicos, voltados para essa “promoção da cidadania”. Frente ao constante evocar da “dimensão cidadã” dessas políticas esportivas, debateremos as possíveis relações entre cidadania, esporte e lazer, e seus desdobramentos em programas públicos e/ou privados de esporte (MELO, 2004,p.106).

De fato, as ideias neoliberais de livre circulação de capital, de câmbio flutuante, de contenção de gastos sociais, de privatização e de transferências dos serviços públicos para o setor privado ou para entidades do chamado “Terceiro Setor” somente ganham destaque com a posse de Fernando Collor, em 1989, e se consolidam no governo de Fernando Henrique Cardoso. É nesse cenário de diminuição do papel do Estado no âmbito social e de maximização para o capital que se proliferam as leis de incentivo (MATIAS et al, 2015,p.98).

Com a emergência de novos atores na formulação/ implementação dessas políticas podemos dizer que relação esporte, cidadania e políticas públicas se complexifica. Estamos falando do chamado “terceiro setor”, que seria constituído por organismos na sociedade civil, como as Ongs, Fundações empresariais, Associações Filantrópicas e Beneficentes. Ao “terceiro setor” caberia a implementação de políticas públicas, já que tanto o Estado, quanto o mercado, no neoliberalismo mais radical, fracassaram, ao passo que a “sociedade civil”<sup>1</sup> poderia ser mais eficaz que estes dois setores, por não estar presa ao autoritarismo, como o Estado, e não buscar o lucro, como o mercado, transmutando-se em uma espécie de terceira via (Bresser Pereira & Grau, 1999). (MELO, 2004,p.106).

No entanto algumas divergências, com relação aos programas sociais esportivos destinados a juventude excluída socialmente, aparecem nos artigos encontrados. Há aqueles que enxergam nas propostas a oportunidade de sucesso frente à segregação social e aqueles que entendem como medida paliativa e de compensação do Estado pela não garantia dos direitos sociais aos oprimidos.

Duas perspectivas vêm balizando o debate acadêmico em torno do tema “projetos sociais”. A primeira enaltece tais projetos defendendo a posição que os mesmos promovem integração social, combate à violência e à criminalidade, disciplinamento, prevenção do uso de drogas, promoção da saúde e construção de um futuro melhor. Já a segunda vertente os percebe como mecanismos de reprodução do corrente “status quo”. Para os defensores desta perspectiva, os projetos sociais só existem porque o Estado não está atendendo efetivamente as necessidades da população. Deste modo, inspirado por correntes neoliberais, o mesmo tem transferido para a sociedade civil a responsabilidade de cuidar de crianças e adolescentes, sem maiores cuidados com a sua educação e preparação para a transformação da realidade em que vivem (SOUZA, 2012,p.419).

Os que defendem o lado bom dos projetos sociais, muitas vezes entende o papel que ele cumpre na isenção de responsabilidade do Estado com os direitos sociais, no entanto enxergam nesses projetos talvez a única opção de salvação para os jovens em questão, seja por meio da profissionalização, seja pela sociabilização ou pelo acesso ao conhecimento produzido historicamente. “Embora possamos tecer muitas criticas em relação aos projetos sociais existentes, os mesmos têm cumprido um importante papel social para muitos” (CASTRO, 2012, p.419).

Nesse sentido o papel das ONGs foi de fundamental importância, já que elas tiveram que conhecer as preferências dos jovens e as dificuldades encontradas para criar atalhos, na busca da sua inserção na sociedade... Falar sobre inserção social num país como o nosso, parece ser sonho, pois não há empenho geral, através de políticas públicas eficientes, para uma sociedade mais igualitária. Mas existem alguns trabalhos sendo realizados, colocando em paralelo, iniciativas como os casos das ONGs, aqui mencionadas, que investem na participação dos jovens oferecendo a eles cursos e oficinas, dando-lhes possibilidades de ter uma visão de futuro. (SARTO, 2008,p.6).

Os projetos sociais oferecem alternativas para jovens que permanecem na rua, através da disponibilidade de modalidades esportivas com objetivos diferenciados, que vão desde afastar o jovem da marginalização, das drogas e da prostituição, até sua manutenção na escola.<sup>4</sup> Neste sentido, a Psicologia do Esporte e do Exercício pode servir como ferramenta, pois seus fundamentos envolvem os processos e consequências das atividades esportivas, onde o foco deve concentrar-se no comportamento ou em suas dimensões: afetivo, cognitivo, motivacional ou sensorio motor.<sup>5</sup> Através da Psicologia do Esporte, os profissionais de Educação Física que irão atuar em projetos, terão mais facilidade em compreender os jovens que praticam atividade física no seu tempo livre, pois esta é uma ciência que contribui em diversos setores e comportamentos (MATOS, 2011,p.135).

Aqueles que percebem as políticas sociais como não tão eficientes na vida dos jovens às veem como políticas focalizadas de intervenção do Estado e áreas em segregadas, servindo como diria Melo (2005) “ideia salvacionista” facilmente vendida como antídoto contra a entrada de crianças e jovens no mundo das drogas.

No entanto, em um país que se desobriga da garantia das condições mínimas de sobrevivência, os referidos direitos não são efetivados por diversos motivos. Dentre eles estão, a ocorrência de políticas focais que priorizam localidades com vulnerabilidade social<sup>4</sup> contrapondo-se à proposta de universalização, poucos financiamentos que não atendem as demandas, inexistência de um controle democrático e o recuo do Estado com o avanço das políticas neoliberais... Castel (2000) afirma que as políticas focais têm como meta reparar as rupturas causadas no tecido social, intervindo aqui e ali, ao mesmo tempo em que não intervém no processo que produziu essas situações, considerando mais viável e realista intervir nos efeitos do disfuncionamento social do que resolver os processos que o acionaram. (FLAUSINO, 2012,p.3)

Políticas como as que desempenham resultados positivos deveriam estar sendo cumpridas pelo Estado, garantindo à toda população de jovens infratoras, reais possibilidades de reinserção na sociedade. No entanto, a maioria dos projetos se caracteriza por políticas focalizadas no que tange ao público alvo e mais ainda no número de participantes.

Não obstante registrar-se uma tendência relativamente recente de crescimento de iniciativas governamentais e não governamentais envolvendo o lazer, por meio da organização de programas voltados à juventude pobre, ou seja, às populações de risco e vulnerabilidade social, numa perspectiva focalista e filantrópica, esta tem subordinado a prática de tais iniciativas ao problema da segurança pública, enaltecendo seu potencial pacificador. Este parece ser também o caso do programa Escola Aberta (COSTA, 2011,p.572)

Com isso, os índices continuam alarmantes, a violência e o tráfico de drogas continua em alta, o que nos faz questionar os motivos do insucesso dessas políticas. Na verdade como já vimos aqui, a característica central do capitalismo é a obtenção de lucro pela dominação de uma classe pela outra, e que a reestruturação produtiva do mesmo desembocou em grandes níveis de desemprego, aumento na exploração na força de trabalho, precarização do mesmo e flexibilização do trabalhador (BEHRING, 2008). Consequências inevitáveis a esses fatos são os níveis de

miséria, que gera violência e adesão ao crime. Então, por mais que os discursos estejam dotados de expectativas acerca do esporte, o mesmo não tem o poder de transformar a realidade do país de forma isolada e precarizada (MELO, 2005). Digo precarizada, pois nem as políticas focais de esporte e lazer têm sido planejadas e investidas com prioridade (HUMGARO,2008).

Para que os direitos sociais fossem efetivados exigiu-se a formulação de políticas, as políticas sociais públicas. Contudo, várias são as problemáticas que abarcam o universo de tais políticas: focalização, escassez de financiamentos, inexistência de controle democrático, dentre outros... O discurso oficial do Ministério do Esporte é marcado por um excessivo processo de mistificação dos direitos sociais ao esporte e ao lazer, atribuindo aos mesmos um caráter instrumental-utilitário ao afirmar o poder que tais direitos possuem para a resolução das mazelas sociais, como a violência, as drogas, o crime, dentre outras. Desconsidera-se dessa forma que esses e outros problemas sociais requerem uma ação conjunta de variadas políticas sociais públicas e não somente a implementação de programas esportivos focalizados em áreas de vulnerabilidade social. (FLAUSINO, 2012,p.21).

Além disso, a maioria dos programas localizados em áreas pobres do país, não tem investimento nem nos profissionais e nem nos espaços públicos para a prática (MELO, 2005).

Houve necessidade de adaptação às condições oferecidas pelo local, isto é, não havia quadra ou marcações características para as práticas esportivas. Era um salão de 200 m<sup>2</sup> com 3 pilares no centro, localizado no 2º andar do galpão onde funcionavam, em outros andares, projetos de reforço escolar e de cursos profissionalizantes, organizados pela Organização Não Governamental “S.O.S Comunidades”, que tinha parceria com a mesma IES e ajudava a divulgar o projeto do Curso de Educação Física no interior da “comunidade” (TAVARES, 2010,p.261).

Relacionado aos problemas enfrentados pelos projetos sociais outro tema bem presente nos artigos encontrados, é a questão das barreiras e dos facilitadores na implementação dos programas. Questões como o Esporte sendo o astro do projeto, a infância e a adolescência sendo etapas do ‘querer se socializar’, a falta de opção e a alternativa à rua, aparecem como alguns dos facilitadores;

Em nosso estudo, tal como em outros estudos sobre projetos sociais no Brasil (GONÇALVES, 2003; MARQUES & KRUG, 2008; MENDES et al., 2007; SOUZA et al., 2010; THOMASSIM, 2010; VARGAS, 2007; ZALUAR, 1994), a prática esportiva aparece como o principal atrativo para a participação de crianças e adolescentes em ambos os projetos pesquisados... Um dos facilitadores para a participação de crianças e adolescentes no VE é a falta de opções de espaços e atividades de lazer na vizinhança deste projeto. Conforme declararam alguns profissionais e várias crianças e adolescentes que entrevistamos, para eles o VE é a sua única alternativa de lazer fora de casa... Outro atrativo para a participação das crianças e adolescente nos projetos estudados é o fato dos mesmos serem percebidos como uma espécie de “porto seguro” que protege contra supostos perigos e “males das ruas”. Alguns dos bairros onde os projetos ocorrem enfrentam sérios problemas relacionados com violência, tráfico de drogas e disputas entre traficantes (SOUZA, 2012,p.423).

Com relação às barreiras na efetivação dos projetos, um dos fatores seria a falta de verbas por parte do governo, ou mesmo a falta de parcerias com o setor privado. Alguns estudos se propuseram investigar a gestão pública e os financiamentos das políticas de esporte do governo. Estes relatam que a prioridade do governo, provavelmente pelos megaeventos esportivos recentes, é de apoio e incentivo ao esporte de rendimento, sendo que os projetos de inclusão social ficaram dependentes das parcerias. No entanto as empresas dão prioridade aos projetos que com mais visibilidade, ou seja, o esporte de rendimento. Sendo assim, os projetos esportivos de cunho social permanecem sem o investimento necessário, o que influencia diretamente em seu fracasso.

Fato este que Húngaro (2008) levantam quando diz que o orçamento da união é de 0,025% para o esporte e que mesmo assim o esporte educacional e o de participação ainda são sobrepujados pelo de rendimento, ficando o acesso ao direto esporte, somente no âmbito do discurso.

Os realces se confirmam com a focalização dos recursos para o esporte de alto rendimento, como podem ser encontradas no portal Siga Brasil, do Senado Federal, do qual foram coletados os orçamentos previstos para os anos de 2004, 2011, 2012 e 2013. Nos anos coletados foi constatado um crescimento expressivo do orçamento para os programas do Ministério do Esporte, sobretudo do ano de 2004 para o de 2011, quando o orçamento total passou de R\$

358.201.298 para R\$ 2.470.406.497, e aumentou ainda mais em 2012 para R\$ 2.617.848.045 e em 2013 para R\$ 3.382.609.33519. Apesar do aumento do orçamento total do Ministério do Esporte, ficou evidente que esse orçamento foi direcionado para o esporte de rendimento, sobretudo para o Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, que foi criado em 2012, e concentrou R\$ 2.278.383.576, dos R\$ 2.617.848.045 do orçamento previsto para o ano e R\$ 3.067.576.386 dos R\$ 3.382.609.335 do orçamento previsto para o ano de 201319 (SILVA et al, 2015,p.67).

Além disso, no que se refere às prioridades nas reivindicações sociais de direitos, o esporte e o lazer, no olhar das comunidades, não parecem tão importantes quanto saúde, saneamento e educação, moradia. O que tira o esporte e o lazer muitas vezes do quadro de bandeiras nas reivindicações populares. Isso nos faz refletir ao que Marx se referia quando discorria da desumanização do trabalhador, neste caso ele falando do trabalho (mas pensando no esporte como um direito humano/social), podemos pensar na alienação que não permite ao indivíduo perceber a necessidade de se humanizar e este “sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar, etc) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é próprio da humanidade torna-se animal” (MARX, 1983 apud GOMES, 2003, p.59).

A pesquisa possibilitou-nos refinar o olhar para um tema complexo e que se refere às condições de esporte e lazer, práticas nem sempre visualizadas como importantes em meio a inúmeras carências que afetam o cotidiano das comunidades quilombolas. Trazer esse tema junto a os comunitários foi possibilitar reflexões acerca da hierarquia das necessidades (LARA, 2012,p.44).

De acordo com Heller (2000), a vida cotidiana é constituída por diversas esferas, que envolvem o trabalho, a vida privada, o descanso, o lazer, entre outras. Como estas esferas são valorizadas em diferentes níveis de importância, a depender das condições históricas e sociais, uma esfera, nesse caso o lazer, pode flutuar, aderindo eventualmente, às atividades consideradas prioritárias, que povoam o dia-a-dia de uma determinada comunidade (COSTA, 2011).

Pode-se perceber que projetos que se diferenciem da lógica neoliberalista não são prioridade do governo. O Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC), desenvolvido a partir do campo científico-acadêmico da Educação Física, com uma proposta inovadora no que se refere à universalização do direito ao lazer, não teve maiores atenções do estado burguês, provavelmente por apresentar possibilidades reais de oferecer à população o acesso à produção histórica da cultura corporal (HUNGURO, 2008).

A partir de 2003, as políticas de esporte e lazer se tornaram de responsabilidade do Ministério do Esporte (ME). Pela primeira vez, o País passava a ter uma pasta específica para o campo esportivo. No conjunto de Programas implementados, destaca-se o PELC. Com um desenho conceitual inovador, possui em suas diretrizes, pressupostos (auto-organização, trabalho coletivo, intergeração etc.) que rompem com as políticas tradicionalmente desenvolvidas no setor... Por fim, é preciso apontar algumas barreiras para a boa execução do Programa. Sem dúvida, a principal é a orçamentaria, mas ainda existe a dificuldade dos gestores conveniados em entender a proposta do PELC, muito pela hegemonia no setor do modelo piramidal, tradicionalmente vinculado ao esporte de alto rendimento. Outra limitação é a dificuldade em trabalhar o Programa de forma que promova a troca de experiências entre as diferentes gerações. É preciso que a formação promovida pelo ME possibilite aos agentes sociais a compreensão dos conhecimentos pedagógicos relacionados ao esporte e ao lazer, a partir dos pressupostos teóricos que sustentam o Programa (FLAUSINO, 2012,p.5).

Dessa forma, ficou evidente que o incentivo ao esporte educacional e de participação foram minimizados ou quase extintos em detrimento do esporte de alto rendimento, sendo acrescido pela exclusão do PELC e do Programa Inclusão Social pelo Esporte, do orçamento previsto para o ano de 2012 e 2013. (SILVA et al, 2015,p.68).

Assim como o PELC foi considerado uma proposta inovadora na linha do lazer, um dos textos propõe que o desenvolvimento das políticas de lazer devem ser transformadoras;

Por fim, cabe reafirmar que as políticas sociais que envolvem o lazer devem contemplar, a nosso ver, práticas corporais aliadas à arte, à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem-estar e à qualidade de vida, à saúde, aos cuidados com o corpo, etc. Devem ser programas que visem à apropriação coletiva, lúdica, crítica e

criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural de uma dada comunidade, do qual o lazer é uma parte, renovando suas formas de apreender e viver a vida social. (COSTA, 2011, p.577).

Melo (2005, p. 13), acredita que o neoliberalismo obteve êxito especialmente por seu sucesso ideológico, ou seja, a obtenção do consenso de “alívio da pobreza”, por meio do desenvolvimento sustentável, que não é mais do que a maquiagem das drásticas consequências do projeto neoliberal clássico (desemprego, aumento da miséria e violência), encontrado nos discursos dos organismos financeiros internacionais Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), no intuito de diminuir as tensões mundiais.

Se as calamidades acima citadas são inerentes ao projeto de sociedade atual, e se as ações insistem em seguir a lógica de reprodução do capital, nem as políticas sociais e nem o esporte vão mudar a realidade de uma sociedade excludente e segregadora. Somente na busca pela superação do modelo de produção vigente é que podemos vislumbrar reais possibilidades de uma sociedade igualitária que garanta o acesso às riquezas socialmente produzidas pela humanidade, que vai do pão à arte.

Nesse ponto, a questão não é execrar ou louvar a esses programas a partir de um paradigma moral. O desafio que se apresenta é compreender a matriz política dessas ações, e inventar táticas e estratégias de enfrentamento/resistência sejam no plano micro, a partir das relações pedagógicas que ocorrerão nesses espaços, mas também no plano macro do debate de projetos políticos de sociedade. Talvez seja hora de nos perguntarmos qual o projeto de sociedade que pode estar presente num programa financiado pelo grande capital. Qual o grau de autonomia que dispõem os profissionais para implementarem ações contrárias a que esperam seus financiadores, o que implica em último caso criticar o próprio financiador? O que tem levado ao capital a investir em ações sociais? Por quê o esporte e o lazer?.. Programas de esporte, per si, não darão conta da resolução de todos os problemas sociais. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos. A não ser que se pretenda justamente o contrário: o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, está se tentando enfrentar.(GRIFOS MEUS) (MELO, 2004,p.116)

Para o alcance de tudo que foi analisado é necessário a organização de lutas e reivindicações no campo político, que também se faz pelo ensino do esporte, com uma prática pedagógica emancipatória, que tematiza, conhece e busca transformar a realidade a seu favor, pois o processo formativo perpassa a luta social (BRACH, 1986, 1991, COLETIVO DE AUTORES, 1992; PISTRAK, 2009; SAVIANI, 1991; TONET, 2013).

Alguns vislumbres de como alcançar objetivos que realmente pautem o acesso aos conhecimentos e bens historicamente produzidos pela humanidade, aconteça por parte da classe trabalhadora são elencados nos texto abaixo.

O que estamos propondo é o modelo de democracia participativa, com a efetiva mobilização da sociedade nas decisões e fiscalização das aplicações de recursos financeiros/humanos/materiais na ocupação de espaços públicos, na concretização de projetos e planos das políticas de governo para esporte e lazer, na garantia dos direitos básicos dos cidadãos... Somente com isso, as entidades representativas, as diferentes manifestações culturais, artísticas, esportivas e de lazer, os movimentos sociais, o sistema educativo poderão atuar com responsabilidade na busca do desenvolvimento social das pessoas, tendo uma participação efetiva no processo formativo. Tornar-se-ão, assim, forças complementares, atuando em conjunto, de forma que possam dialogar, instituindo outras formas de contribuição com o processo de educação da comunidade, sem que necessitem abandonar suas especificidades e suas responsabilidades sociais (SAWITZKI, 2012,p.13).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo pudemos debater alguns aspectos relacionados principalmente ao desenvolvendo de políticas sociais esportivas à jovens em conflito com a lei e em situação de exclusão às riquezas historicamente produzidas.

Notou-se uma divisão de pensamentos nas produções teóricas encontradas nas revistas digitais que foram delimitadas para este estudo. Algumas delas defendem o esporte como meio de ascensão social, socialização cultural e possibilidade de desenvolver valores que vão auxiliar na inserção social de jovens pobres. Outras criticam, o modo como as políticas públicas têm sido desenvolvidas, seus meios e seus fins, que culminam na manutenção da ordem neoliberal.

Percebeu-se nessas discussões que o esporte não sendo universalizado se faz mercadoria facilmente. Além disso, cumpre papel de medida paliativa do Estado frente às necessidades da parcela pobre da população. As respostas dadas pelo Estado a essas questões – que são de ordem estrutural, produto de uma sociedade pautada na exploração de uma classe pela outra – têm sido respostas superficiais e pontuais, agindo sobre os efeitos e não sobre a causa. Traduzidas em políticas focalizadas, de pouco investimento e resultados.

É importante pautar a necessidade de se conquistar políticas públicas, desenvolvidas pelo Estado na garantia de que todos os jovens tenham as reais possibilidades de se produzirem como seres sociais autônomos.

Nesse sentido podemos vislumbrar alguns caminhos a serem percorridos na busca pela emancipação desses jovens. Caminhos que perpassam uma educação que realmente vise à formação humana dos sujeitos (tanto dos professores quanto dos jovens) e seu desenvolvimento omnilateral. E por fim, a articulação nas lutas sociais para a construção de possibilidades concretas de supressão, não das consequências, mas sim da causa das contradições sociais, o modo de produção capitalista.

## REFERENCIAS

ABRAMO, Helena Wendel (org). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2 ed, 2002, 136 p.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRACHT, Valter. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, Valter. A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 1986. Disponível em <https://sitealanrocha.files.wordpress.com/2009/07/a-crianca-que-pratica-esporte.pdf>, acessado em 03 de julho de 2015

BRASIL, Bruno Bernal. **Educação do corpo em instituições para cumprimento de medidas sócioeducativas privativas de liberdade: o exemplo do PLIAT/Florianópolis (SC)**. Monografia (Educação Física) – CDS/UFSC. Florianópolis, 2011.

COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORDEIRO, Denise Maria Antunes. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC**. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2012.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

FILMIANO, Guilherme Miranda Moura. **RETÓRICA DE UMA FORMAÇÃO: a fragmentação do conhecimento no curso de educação física do CDS/UFSC**. Monografia (Educação Física) – CDS/UFSC. Florianópolis, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Rio de Janeiro, v. 7, Suplemento, p. 67-82, 2009.

GOMES, Christiane L. (Org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONZÁLEZ, et al. **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Injuí, 2005.

HÚNGARO, Edson Marcelo (org). **Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP. Alpharrabio, 2008.

MACIEL, Cariea Elisabeth. Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos. Campo Grande, MS; InterMeio: **revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v.15, n.30, p.32-54, jul./dez. 2009.

MARX, Karl. **O capital : critica da economia politica**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELO, Marcelo de Paula. **Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MÉZÁROS, Isteván. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. Ed. São Paulo. Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

MONTEIRO, Luciana de Oliveira. A Judicialização dos Conflitos de Adolescentes Infratores: Solução ou mito? **Revista katalysis**, Florianópolis, v.9, n.1, 2006

OLIVEIRA, Carmem S. et al. Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento da cidade. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 9, n.1, Jan.- 2006.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A escola Comuna**. São Paulo; Expressão Popolular, 2009.

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude Criminalizada**. Editora Insular. Florianópolis (SC), 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 1 ed 1991. Campinas, SP; Autores associados, 2008 (Coleção educação contemporânea).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; Durand, Olga Celestina da Silva. Juventude, Juventudes: Processos e Espaços Educativos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.22, n. 02, p. 291-296, Jul. 2004.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes (org). **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos, 16. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Disponível em [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO\\_CIDADANIA\\_E\\_EMANCIPACAO\\_HUMANA.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf). Acessado em 08 de outubro de 2013.

## REFERENCIAS ARTIGOS ANALISADOS

### Esporte e juventude

BONALUME, Cláudia Regina. O Paradigma da Intersectorialidade nas Políticas Públicas. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.1, mar/2011

CHAVES, Aline Dessupoio, ALVES, Heliana Castro; GONTIJO, Daniela Tavares. Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.4, p.821-1113, out./dez. 2012.

COSTA, J. M. da, MASCARENHAS F; WIGGERS I. D. O lazer eclipsado: registros sobre o programa "Escola Aberta". **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.4, p.569-578, out./dez. 2011.

FERREIRA, Marcelo Guina. O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas. **Pensar a Prática** 2: 25-43, Jun./Jun. 1998/1999.

JESUS, Diego Santos Vieira. Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.3, p.417-30, jul./set. 2011.

KOBAYASHI, M.C.M.; ZANE, V.C Adolescente em conflito com a lei e sua noção de regras no jogo de futsal. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.24, n.2, p.195-204, abr./jun. 2010.

MACHADO, Gisele Viola et al. Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal. **Pensara Prática**, Goiânia, v.14, n.3, p.1-21, set./dez. 2011.

MOLINA, R.M.K.; SILVA, L.O; SILVEIRA, F.V. Celebração e transgressão: a representação do esporte na adolescência. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp**, São Paulo, v.18, n.2, p.125-36, abr./jun. 2004.

MANHÃES, Eduardo Dias. Políticas de esportes no Brasil. **Licere** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 244p.

SANTOS, Edmilson Santos dos. Segregação Sócio-Espacial, Lazer e o Papel do Estado. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.3, set./2009.

SARTO, Karina Cristina; MARCELINO, Nelson Carvalho. Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.3, dez./2008).  
SILVA, Dirceu Santos et al. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo - Jan-Mar; 29(1):65-79. 2015

SOUZA, Doralice Lange de et al. Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.3 p.689-700, jul./set. 2010.

SOUZA, D.L.; CASTRO, S.B.E; MEZZADRI, F.M. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.3, p.419-30, jul./set. 2012.

TAVARES, A. F, COSTA V. L. M; TUBINO M. J. G. Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.1, p.258-268, jan./mar. 2010.

VIANNA, J.A; LOVISOLO, H.R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores, **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.2, p.285-96, abr./jun. 2011.

### **Esporte e políticas sociais**

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.2, p.272-550, abr./jun. 2012.

FERREIRA, Marcelo Guina. O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas. **Pensar a Prática 2**: 25-43, Jun./Jun. 1998/1999.

LARA, Larissa Michelle. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. **Pensara Prática**, Goiânia, v.15, n.1, p.1-271 jan./mar. 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa et al. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. de 2015.

MELO, Marcelo Paula de. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento; **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004.

SANTOS, Fláviada Cruz; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.13, n.3, p.1-13, set./dez. 2010.

SOUZA, Carlos Eduardo de. Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social. **Motrivivência** v. 26, n. 42, p. 41-54, junho/2014.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; JÚNIOR, Wanderley Marchi As pectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do programa esporte e lazer da cidade. **Pensara Prática**, Goiânia, v.16, n.3, p.619-955, jul./set. 2013.

STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ; F. J. SILVEIRA, R da (Orgs.). Esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos. **Movimento** Porto Alegre: UFRGS, 2007.

### **Esporte e trabalho**

BOTH, Vilmar José. Crise estrutural do capital, mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na educação física. **Motrivivência** Ano XXIII, Nº 36, P. 45-62Jun./2011.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.2, p.272-550, abr./jun. 2012

CHAVES,Aline Dessupoio; ALVES, Heliana Castro; GONTIJO, Daniela Tavares. Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.4, p.821-1113, out./dez .2012.

COSTA, J. M. da; MASCARENHAS F; WIGGERS I. D. O lazer eclipsado: registros sobre o programa "Escola Aberta". **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.4, p.569-578, out./dez. 2011.

D'ÁVILA, Jorge Luis; FERNANDES, Christiane Caetano Martins. Políticas esportivas do terceiro setor no estado de mato grosso do sul: uma análise do projeto Córrego Bandeira. **Motrivivência** v. 27, n. 44, p. 24-35, maio/2015.

DIAS, Graziany Penn; SANTOS, Marcelo Silva dos. Trabalho e lazer na infância e adolescência no século XXI: direito social ou inclusão excludente? **Motrivivência** Ano XXIII, Nº 36, P. 291-305 Jun./2011

FERRETTI, Marco; KNIJNIK Jorge Dorfman. A prática esportiva e atividade física podem educar pessoas atrás das grades? **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 7, n. 3, p. 59-73, set./dez. 2009.

FLAUSINO, Michelle da Silva; MASCARENHAS, Fernando. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012.

JÚNIOR, Constantino Ribeiro de Oliveira. O esporte como componente educacional para meninos de rua. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 49-60, jul/dez. 1998.

MATOS, Joana Bastos; ANDRADE, Alexandro. Intervenção do profissional de educação física em jovens em situação de risco social: a contribuição da psicologia do esporte. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 9, n. 2, p. 133-156, maio/ago. 2011.

RODRIGUES, Heitor de Andrade. O programa segundo tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. **Motrivivência** Ano XXIV, Nº 38, P. 108-122 Jun./2012

\_\_\_\_\_.O corpo produtivo no mundo do trabalho da educação física, esportes e lazer. **Motrivivência** Ano XXII, Nº 35, P. 07-17 Dez./2010

SARTO, Karina Cristina; MARCELINO, Nelson Carvalho. Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.3, dez./2008).

SAWITZKI, Rosalvo Luis Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar/2012

SILVA, Cinthia Lopes da. A Atuação do Profissional de Educação Física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014.

SILVA, Rose Meri; SILVA, Méri Rosane. O esporte como um direito: traços e tramas da constituição de uma verdade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 69-80, jan./mar. de 2015.

SILVA, Paulo da Trindade Nerys. Globalização e a Nova Cultura do Trabalho e seus impactos na Educação Física. **Motrivivência**, dez/1997;

SILVEIRA, Juliano. Desenvolvimento humano, co-responsabilidade social e educação no capitalismo: investigando o programa “Educação pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna. **Motrivivência**. Ano XVIII, Nº 26, P.113-125, Jun./2006.

SOUZA, Carlos Eduardo de. Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social. **Motrivivência** v. 26, n. 42 p. 41-54, junho/2014.

SOUZA, Doralice Lange de et al. Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.3 p.689-700, jul./set. 2010.

STOPPA, Edmur Antônio. Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária. **Motriz**, Rio Claro, v.17 n.3, p.556-566, jul./set. 2011

TAFFAREL, Celi Zulke. Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: as evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira. **Motrivivência**. Ano XXIV, Nº 38, P. 135-148 Jun./2012).

TAVARES, A. F, COSTA V. L. M.; TUBINO M. J. G. Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.1, p.258-268, jan./mar. 2010.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. A Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.3, set/2014

WERLE, Verônica. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.135-142, jan./mar. 2010.

### **Políticas sociais e juventude**

FERREIRA, Marcelo Guina. O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: a acumulação, a legitimação e a exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas. **Pensar a Prática**. p 25-43, Jun./Jun. 1998/1999.

### **Políticas sociais e trabalho**

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de.; JÚNIOR, Wanderley Marchi. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 73-92, outubro/dezembro de 2010.

CASTRO, Suélen Barbosa Eiras de; SOUZA, Doralice Lange. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimentos**, Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 145-163, out/dez de 2011.

CHAVES,Aline Dessupoio; ALVES, Heliana Castro; GONTIJO, Daniela Tavares. Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.4, p.821-1113, out./dez .2012.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. Políticas públicas de lazer para a juventude pobre. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 265-278, setembro/dezembro de 2006.  
 MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, setembro/dezembro de 2005.

MELO, Marcelo Paula de. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento **Movimento**, **Porto Alegre**, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004.

RECKZIEGEL, Ana Cecília de Carvalho; STIGGER, Marco Paulo. Dança de rua: opção pela dignidade e compromisso social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.59-73, maio/agosto de 2005.

SOUZA, Carlos Eduardo de. Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto Política Social. **Motrivivência** v. 26, n. 42, p. 41-54, junho/2014.

THOMASSIM, Luís Eduardo Cunha. Os sentidos da exclusão social na bibliografia da Educação Física brasileira. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 01, p.151-178, janeiro/abril de 2007.

### **Trabalho e juventude**

ALVES Flávio Soares; DIAS Romualdo. A dança Break: corpos e sentidos em movimento no Hip-Hop. **Motriz**, Rio Claro, v.10, n.1, p.01-07, jan./abr. 2004.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, Goiânia, v.15, n.2, p.272-550, abr./jun. 2012.

COSTA, J. M. da; MASCARENHAS F; WIGGERS I. D. O lazer eclipsado: registros sobre o programa "Escola Aberta". **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.4, p.569-578, out./dez. 2011.

JESUS, Diego Santos Vieira. Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.3, p.417-30, jul./set. 2011.

SANTOS, Edmilson Santos dos. Experimentando as Juventudes num Bairro Segregado. **Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.1, mar/2010

SARTO, Karina Cristina; MARCELINO, Nelson Carvalho. Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.3, dez./2008).

SILVA, Dirceu Santos et al. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo - Jan-Mar; 29(1):65-79. 2015

SOUZA, Doralice Lange de et al. Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.3 p.689-700, jul./set. 2010.

SOUZA, D.L; CASTRO, S.B.E; MEZZADRI, F.M. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.3, p.419-30, jul./set. 2012.

TAVARES, A. F, COSTA V. L. M; TUBINO M. J. G. Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.1, p.258-268, jan./mar. 2010.

VIANNA, J.A; LOVISOLO, H.R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores, **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.2, p.285-96, abr./jun. 2011.